



Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Acre
Setores: Gerencia Geral e Contabilidade

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2017

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Acre

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

Lista de tabelas, ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos

CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU/AC -Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Acre CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Brasília DN - Decisão Normativa IN - Instrução Normativa INSS - Instituto Nacional do Seguro Social IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte NCASP - Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público PF - Pessoa Física PJ - Pessoa Jurídica RRT - Registro de Responsabilidade Técnica TCU - Tribunal de Contas da União TI - Tecnologia da Informação

Lista de Anexos e Apêndices

Título	Descrição
Organograma	Organograma com descrição sucinta das competências
Objetivos do Exercício	Descrição e Objetivo Estratégico
Limites Estratégicos	Limites Estratégicos
Indicadores	Indicadores
ANEXOS	ANEXOS

Sumário

2 - APRESENTAÇÃO	6
3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	8
INTRODUÇÃO SEÇÃO	8
3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	8
3.2 NORMAS	9
3.3 HISTÓRICO	9
3.4 ORGANOGRAMA	11
4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	18
INTRODUÇÃO SEÇÃO	18
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	18
4.2 RESULTADOS	20
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	21
4.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	23
4.3.2 TRANSFERÊNCIAS	25
4.3.3 RECEITAS	26
4.3.4 DESPESAS	28
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	30
4.5 INDICADORES	31
5 - GOVERNANÇA	43
INTRODUÇÃO SEÇÃO	43
5.1 GOVERNANÇA	43
5.2 DIRIGENTES	43
5.3 AUDITORIA	47
5.4 APURAÇÕES	47
5.5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	47
5.6 REMUNERAÇÕES	48
5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE	48
6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	49
INTRODUÇÃO SEÇÃO	49
6.1 GESTÃO DE PESSOAS	49
6.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	54
7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	56

INTRODUÇÃO SEÇÃO	56
7.1 CANAIS DE ACESSO	56
7.2 PESQUISA SATISFAÇÃO	56
7.3 TRANSPARÊNCIA	56
7.4 ACESSIBILIDADE	57
8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	58
INTRODUÇÃO SEÇÃO	58
8.1 DESEMPENHO FINANCEIRO	58
8.2 NCASP	58
8.3 APURAÇÃO CUSTOS	59
8.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	60
9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	91
9.1 DETERMINAÇÕES DO TCU	91
9.2 RECOMENDAÇÕES DE CONTROLE INTERNO	91
9.3 DANOS AO ERÁRIO	91
10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	92
10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	92
11 - ANEXOS E APÊNDICES	93
INTRODUÇÃO SEÇÃO	93
11.1 ANEXOS E APÊNDICES	93
ASSINATURA(S)	96
12 - OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	97
12.1 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	97

2 - APRESENTAÇÃO

Apresentação da forma como está estruturado o relatório de gestão

Na condição de Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional, o CAU/AC elaborou seu Relatório de Gestão, conforme estrutura geral de conteúdos definidos na DN/TCU nº 161/2017, aplicável aos Conselhos, bem como, em conformidade às considerações e orientações disponíveis no sistema de apresentação o relatório de gestão ao TCU, o e-Contas.

Principais realizações da gestão no exercício

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre (CAU/AC) tem como atuações o registro, a fiscalização e a educação continuada dos Profissionais de Arquitetura. Essa orientação administrativa, pautada nas práticas mais relevantes da gestão participativa voltada para resultados, formatou o Planejamento Estratégico do Conselho.

A linha de gestão adotada pelo CAU/AC registra, nesse planejamento, a constante atenção em assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do CAU. As ações desempenhadas pelo CAU/AC no ano de 2017 estão alinhadas ao Planejamento Estratégico do CAU/AC, firmado em 2014, com metas idealizadas até 2023.

CAU/AC, firmado em 2013, com metas idealizadas até 2021.

Compete ao Conselho realizar o Registro, Educação Continuada e a Fiscalização do exercício profissional. Dentre nossas realizações destacamos as atividades de acordo com o plano de ação e orçamento de 2017, entre outros eventos. Foram realizadas as fiscalizações de acordo com o plano anual de fiscalização do CAU/AC 2017, atividades praticadas tanto na capital como também em alguns municípios, com o objetivo de regularização das obras irregulares e também com trabalho de orientação a população. Foram utilizados recursos sempre que necessário para que conselheiros e colaboradores participassem de reuniões e treinamentos de acordo com o solicitado, tanto no nosso estado como em outros estados. Foram realizados seminários e palestras para orientação e informação dos profissionais e sociedade. Lançamento do Portal da Transparência do CAU/AC, que tem a intenção de permitir ao cidadão o acesso transparente e integral a informações diversas sobre a autarquia federal. Palestra CAU Jovem, palestras para recém-formados e estudantes. Realização do processo Seletivo 001/2017 para o cargo de Analista de Fiscalização (arquiteto). Realização da eleição para nova gestão do triênio 2018 a 2020. Entre outros.

Principais dificuldades encontradas para realização dos objetivos no exercício

Uma das principais dificuldades do conselho é contratar uma empresa de comunicação, devido a escases no estado.

Outras informações úteis para despertar a atenção dos usuários do relatório

3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

INTRODUÇÃO SEÇÃO

DENOMINAÇÃO COMPLETA	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Acre		
DENOMINAÇÃO ABREVIADA	CAU/AC	CNPJ	14.794.749/0001-62
NATUREZA JURÍDICA	Autarquia Federal	CONTATO	(68) 3222-8941
CÓDIGO CNAE	94120/99		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	atendimento@cauac.gov.br		
PÁGINA INTERNET	https://www.cauac.gov.br		
ENDEREÇO POSTAL	Rua João Donato, 32		
CIDADE	Rio Branco	UF	AC
BAIRRO	Ipase	CEP	69900345
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	https://www.cauac.gov.br		

3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada

De acordo com o art. 34 da Lei de Criação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal, compete aos CAUs:

- I - elaborar e alterar os respectivos Regimentos Internos e demais atos administrativos;
- II - cumprir e fazer cumprir o disposto nesta Lei, no Regimento Geral do CAU/BR, nos demais atos normativos do CAU/BR e nos próprios atos, no âmbito de sua competência;
- III - criar representações e escritórios descentralizados no território de sua jurisdição, na forma do Regimento Geral do CAU/BR;
- IV - criar colegiados com finalidades e funções específicas;
- V - realizar as inscrições e expedir as carteiras de identificação de profissionais e pessoas jurídicas habilitadas, na forma desta Lei, para exercerem atividades de arquitetura e urbanismo, mantendo o cadastro atualizado;
- VI - cobrar as anuidades, as multas e os Registros de Responsabilidade Técnica;
- VII - fazer e manter atualizados os registros de direitos autorais, de responsabilidade e os acervos técnicos;
- VIII - fiscalizar o exercício das atividades profissionais de arquitetura e urbanismo;
- IX - julgar em primeira instância os processos disciplinares, na forma que determinar o Regimento Geral do

CAU/BR;

X - deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros, elaborando programas de trabalho e orçamento;

XI - sugerir ao CAU/BR medidas destinadas a aperfeiçoar a aplicação desta Lei e a promover o cumprimento

de suas finalidades e a observância aos princípios estabelecidos;

XII - representar os arquitetos e urbanistas em colegiados de órgãos públicos estaduais e municipais que

tratem de questões de exercício profissional referentes à arquitetura e ao urbanismo, assim como em órgãos não

governamentais da área de sua competência;

XIII - manter relatórios públicos de suas atividades; e

XIV - firmar convênios com entidades públicas e privadas.”

Informações adicionais

3.2 NORMAS

Normas de criação e alteração das unidades jurisdicionadas

Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das unidades jurisdicionadas

Regimento Interno, Resoluções do CAU/BR e do CAU/AC, Deliberações Plenárias Relevantes, Portarias Normativas, entre outras normas vigentes no exercício.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das unidades jurisdicionadas

Informações adicionais

<http://www.cauac.gov.br/>

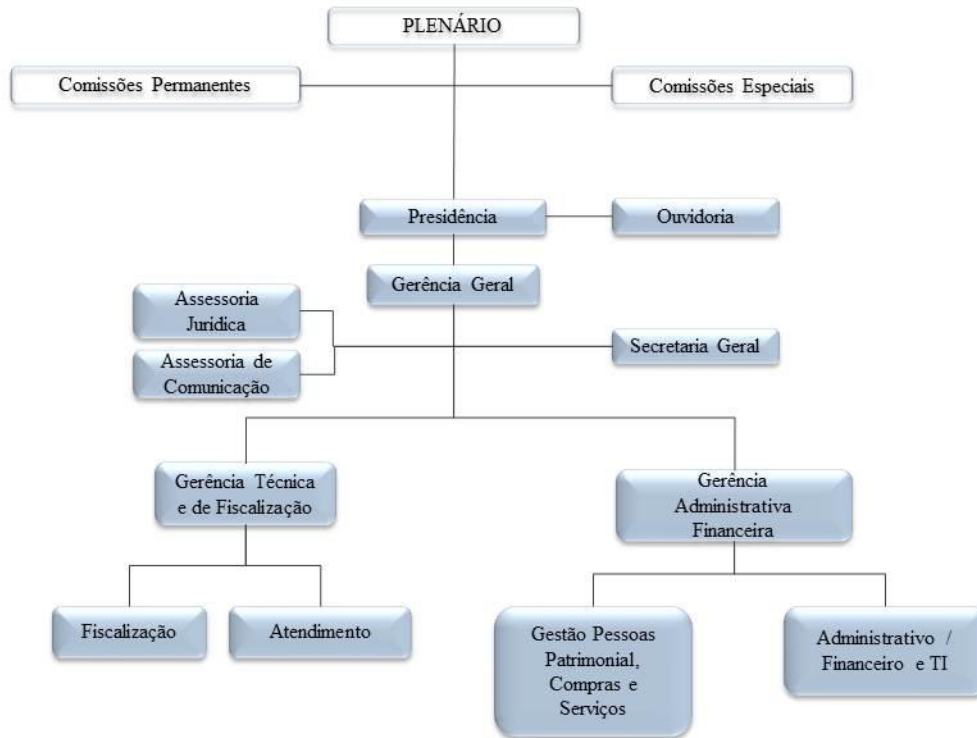
3.3 HISTÓRICO

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAU/UF foram criados com a Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no país. Uma conquista histórica para a categoria, que significa maior autonomia e representatividade para a profissão. Autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, o CAU possui a função de “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo” (§ 1º do Art. 24º da Lei 12.378/2010). Em um fórum do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), em 1958, a instituição encaminhou ao Presidente da República Juscelino Kubistchek, um Projeto de Lei que desmembrava o então Conselho de Engenharia e Arquitetura, criado por decreto, em 1933, pelo então presidente Getúlio Vargas. O PL foi retirado pelo próprio IAB, atendendo à solicitação do Confea para que a questão fosse mais bem discutida num congresso específico de engenheiros e arquitetos, o qual acabou nunca sendo realizado. Enquanto a imensa maioria dos países optava pela autonomia dos conselhos profissionais, o presidente Castello Branco sancionava a Lei nº 5.194, incluindo a Agronomia, a Geologia, entre outras, sob a gestão do Confea. Quase 30 anos depois, o assunto voltava a debate, com a aprovação, em 1994, de um novo Projeto de Lei no Senado. Porém, as divergências entre as entidades representativas dos arquitetos fizeram com que a matéria fosse engavetada antes mesmo da sua análise final. A categoria se uniu, fortaleceu-se, e entre 1998 e 2003, as cinco entidades nacionais de arquitetos discutiram e aprovaram um Anteprojeto de Lei para criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), apresentado à sociedade em ato público realizado em São Paulo. Apoiado por diversas outras instituições, inclusive internacionais, o anteprojeto seguiu para o Congresso Nacional. E em 2003, o senador José Sarney publicava o PL 347 com texto idêntico ao apresentado. Em 2005 foi para a Câmara, onde seguiu a tramitação de praxe e sofreu alterações, retornando, assim para o Senado. Dois anos depois, o PL 347 foi aprovado pelo plenário do Senado e seguiu para sanção presidencial. Em 31 de dezembro de 2007, o presidente Lula vetou o projeto, alegando que a iniciativa de tal matéria é de competência do Executivo e não do Legislativo. Porém, reconhecendo o mérito e a necessidade de criação do CAU, determinou a redação de um PL com o mesmo teor aos ministérios envolvidos, encaminhado à Câmara dos Deputados quase um ano depois. A partir deste novo Projeto de Lei deuse a aprovação da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que entrou em vigor com a posse do Presidente e dos Conselheiros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), um momento histórico. Além de regulamentar o exercício da Arquitetura e Urbanismo, a referida lei criou o CAU/BR, um órgão regulamentador específico da categoria profissional. O CAU/BR vem então com a missão de “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da Arquitetura e Urbanismo”. É uma autarquia Federal com autonomia administrativa e financeira e estrutura federativa e têm objetivo principal de regular o exercício da profissão de arquiteto e urbanista no Brasil. Faz isso principalmente por meio da edição de normas, como o Código de Ética para Arquitetos e Urbanistas; emissão de registros profissionais, registros de responsabilidade técnica, certidões e outros; fiscalização das atividades de Arquitetura e Urbanismo; e ações de promoção da Arquitetura e Urbanismo.

3.4 ORGANOGRAMA

ANEXO - Organograma - Organograma com descrição sucinta das competências - Vide anexo do tópico 3.4 no final da seção

**Organograma - Organograma com
descrição sucinta das competências -
Anexo do tópico 3.4**



Descrição sucinta das competências e atribuições das áreas

As finalidades e competências do Plenário, Comissões Permanentes, Comissões Especiais, Presidência, Gerências, estão dispostas no Regimento do CAU/AC, homologado em 06 de dezembro de 2013 por Deliberação Plenária DPABR nº 0007-02/2013, descritas abaixo de forma sucinta:

Art. 8º Compete ao Plenário:

- I - apreciar e decidir sobre os atos administrativos referentes à orientação, disciplina e à fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo no território sob jurisdição do CAU/AC e resolver os casos omissos;
- II - decidir sobre questões de integração do CAU/AC com o Estado e a sociedade no que se refere à orientação, disciplina e à fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo;
- III - apreciar e decidir sobre atos administrativos relativos ao controle econômico financeiro, de organização e de funcionamento do CAU/AC;
- IV - apreciar e decidir sobre o Regimento Interno do CAU/AC e suas alterações;
- V - apreciar e decidir sobre o planejamento estratégico do CAU/AC;
- VI - apreciar e decidir sobre o calendário anual de reuniões do CAU/AC proposto pelo Presidente;
- VII - apreciar e decidir sobre proposta de constituição de órgão consultivo do CAU/AC;

VIII - apreciar e decidir sobre ações de inter-relação com instituições públicas e privadas sobre questões de interesse da sociedade e do CAUJAC;

IX - apreciar e decidir sobre a indicação de profissional, instituição de ensino, entidade de classe, pessoa física ou jurídica de Arquitetura e Urbanismo a serem homenageados pelo CAU/AC;

X - apreciar e decidir sobre o orçamento do CAU/AC, suas reformulações orçamentárias, a abertura de créditos suplementares e as transferências de recursos financeiros do conselho;

XI - determinar a realização de auditoria financeira, contábil, administrativa, patrimonial e institucional no CAU/AC;

XXX - apreciar e decidir sobre matéria encaminhada pelo presidente ou por comissão;

XXXI - apreciar e decidir sobre a representação do CAU/AC em qualquer instância e no desempenho de missão específica;

XXXII - aprovar os planos de ação e orçamento do CAU/AC;

XXXIII - constituir delegação de representantes do CAU/AC em missão específica e apreciar relatórios de suas atividades;

Art. 24. As comissões ordinárias têm por finalidade auxiliar o Plenário nas matérias de sua competência relacionadas à ética, à formação, ao exercício profissional, à gestão administrativo-financeira e à organização do CAU/AC, bem como à comunicação e aos relacionamentos institucionais.

Art. 28. As comissões especiais têm por finalidade auxiliar a Plenária nas matérias de sua competência, respeitadas as atribuições definidas neste Regimento Interno ou no ato de sua instituição.

Art. 58. Compete ao presidente do CAU/AC:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação federal e a referente ao exercício da Arquitetura e Urbanismo, o Regimento Geral, o Código de Ética e Disciplina. As resoluções e as decisões plenárias e os atos normativos baixados pelo CAU/BR, bem como este Regimento Interno e demais atos baixados pelo CAU/AC;

II - propor plano de gestão do CAU/AC;

III - acompanhar a execução do plano de gestão do CAU/AC;

IV - acompanhar a execução do orçamento do CAU/AC;

v - acompanhar as atividades do CAU/AC;

VI - convocar e conduzir os trabalhos das reuniões plenárias;

VII - convocar os trabalhos das comissões e do colegiado permanente;

VIII - convocar ou autorizar a convocação extraordinária das comissões e do colegiado permanente;

IX - interromper os trabalhos das reuniões plenárias;

X - suspender os trabalhos das reuniões plenárias em caso de perturbação da ordem;

XI - presidir reuniões e solenidades do CAU/AC;

XII - delegar a empregado do CAU/AC a assinatura de correspondência, de acordo com o disposto em normativo específico;

XIII - assinar termo de posse ou designação de conselheiro estadual de seu suplente e do vice-presidente;

XIV - indicar ao Plenário empregado do CAU/AC para exercer a assistência à mesa diretora;

XV - designar pessoas para exercerem os empregos de livre provimento e f) demissão, relacionados à direção, à chefia e ao assessoramento ou assistência aos órgãos do CAU/AC e às unidades de sua estrutura organizacional, de acordo com o disposto em normativo específico;

Art. 6º As unidades organizacionais do CAU/AC são:

§ 3º A Ouvidoria, a ser instituída sob a forma de organismo vinculado diretamente à Presidência atenderá ao seguinte:

I - será instância consultiva;

II - deverá ter como responsável um arquiteto e urbanista;

III - terá papel de controle social do CAU/AC, sendo um meio para que a sociedade tenha uma forma de relacionamento com o Conselho; e

IV - será instituída pelo Plenário do CAU/AC.

A Ouvidoria ainda não foi implementada. Atuar na elaboração de ações internas e externas da instituição, objetivando o aprimoramento dos serviços prestados aos usuário. Atuar no estabelecimento de um canal de diálogo entre o usuário e a instituição, garantindo-lhe o direito de se manifestar sobre as atividades administrativas por ela desenvolvidas. Atuar na avaliação do grau de satisfação do usuário com a instituição e do aprimoramento da qualidade dos serviços oferecidos.

As finalidades e atribuições das unidades organizacionais que compõem o CAU/AC constam de seu organograma aprovado na Sessão Plenária nº 02/2013, de 05 de Março de 2013, conforme descrição resumida abaixo:

Gerente Geral - responsável pela execução das às atividades e os recursos administrativos necessários ao funcionamento do CAU/AC, incluindo: programas de benefícios, atividades de segurança e saúde do trabalho, capacitação, reconhecimento e remuneração; controle de documentos e serviços gerais. Assegurar a obtenção dos resultados definidos nos planos operacionais e administrativos, em conformidade com a missão da empresa, seus princípios e filosofia de negócios, dentro das diretrizes estratégicas e operacionais estabelecidas, por meio da coordenação geral de todas as áreas.

Secretária Geral - responsável por auxiliar e organizar administrativamente a agenda institucional da Presidência do CAU/AC. Planejar, organizar, executar e supervisionar as atividades da Área com base nas determinações de seu superior, fazendo cumprir as normas e instruções de serviços, com eficácia, o desenvolvimento das rotinas de trabalho.

Assessor Jurídico - responsável por assessorar a Presidência, Diretoria, órgãos colegiados e demais unidades do Conselho, analisar documentos e processos em geral com emissão de informações e pareceres e elaborar instrumentos jurídicos. Orientar, acompanhar e supervisionar as ações judiciais de interesse do Conselho. Apoiar, informar, esclarecer e orientar no âmbito jurídico assegurando que as ações do CAU estejam em completo alinhamento com as legislações vigentes.

Assessor de Comunicação - responsável por preservar e divulgar a imagem do Conselho para os seus variados públicos, internos e externos. Produzir matérias editoriais (jornais, revistas) para mídias impressas e eletrônicas, produzir materiais gráficos, organizar eventos institucionais e promover ações culturais. (Este serviço terceirizado).

Secretária de Apoio as Comissões - responsável por auxiliar e organizar administrativamente a agenda institucional das Comissões. Planejar, organizar, executar e supervisionar as atividades da Área com base nas determinações de seu superior, fazendo cumprir as normas e instruções de serviços, com eficácia, o desenvolvimento das rotinas de trabalho. Coordenar os processos de entrada, saída e registro de

informações, executando tarefas administrativas e apoiando em reuniões (Plenárias e Comissões), marcando e cancelando compromissos. Coordenar e controlar documentos e comunicações em distintas mídias. Atender clientes externos e internos; apoiar os eventos. (Ainda não foi contratada)

Gerente Técnico e de Fiscalização - responsável pelo relacionamento com profissionais pessoas física e jurídica e a sociedade, com o foco nos requisitos do cliente/cidadão, através do atendimento presencial nas unidades de atendimento, podendo ser on-line ou por telefone, bem como pelo cumprimento dos padrões existentes para o requerimento de registro do profissional, pessoa jurídica e do exercício profissional. Orientar e supervisionar as atividades executadas com vistas ao cumprimento das ações e metas estabelecidas. Realizar visita de fiscalização, quando necessário, verificando no âmbito da prestação de serviços de Arquitetura e Urbanismo, a regularidade destes perante a legislação vigente; Verificar a existência de obras e responsáveis técnicos pelas atividades que estão sendo desenvolvidas. Analisar certidão de acervo técnico; Analisar RRTs e Atestados correspondentes, para conceder aos arquitetos certidão que confirma sua capacidade técnica para desenvolver determinada atividade; Analisar baixas de responsabilidade técnica e solicitações de baixa dos registros de responsabilidade técnica, quando do término da obra/serviço; entre outros serviços.

Gerente Administrativa Financeira - responsável por articular, direcionar e supervisionar as atividades e os recursos administrativos necessários ao funcionamento do CAU/AC. Planejar, organizar, executar e gerenciar as atividades da Área com base nas determinações de seu superior, fazendo cumprir as normas e instruções de serviços, com eficácia, o desenvolvimento das rotinas de trabalho. Executar tarefa em sua área de especialização, assegurando a efetividade dos processos específicos inerentes à área de Orçamento. Envolve o acompanhamento, análise, e controle das etapas dos processos e tarefas designadas, através do domínio e desenvolvimento de ferramentas adequadas à produção dos objetivos, relatórios e documentações específicas dos processos sob sua responsabilidade, bem como habilidade para estabelecer contatos internos e externos com diversos públicos para viabilizá-los. (Este cargo ainda não foi implementado, está sendo executado pela Gerente Geral).

Estagiário - responsáveis em auxiliar as atividades específicas de atividades do Conselho.

Agente Fiscal - responsável pela implementação do Planejamento das ações de Fiscalização, bem como efetuando controle das metas e resultados relativos às referidas ações, consolidando os relatórios como resultados alcançados nos municípios do Estado. Realizar diligências de fiscalização, através de visitas a estabelecimentos e a profissionais, sujeitos à legislação específica do CAU; Realizar visitas de fiscalização às obras, empresas, órgãos públicos, hospitais, locais de shows e eventos, postos de abastecimento e propriedades urbanas e rurais, entre outras localizadas no estado do Acre; Realizar coleta de dados, preenchendo os formulários competentes, por ocasião das visitas realizadas dentro do prazo estabelecido; Realizar pesquisas no Sistema Corporativo do CAU, sobre o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, cadastro de profissionais e empresas, além de outros documentos de acordo com a Legislação do Sistema CAU; Emitir relatórios circunstanciados, conforme legislação específica, acerca das visitas/diligências realizadas, com vistas a atender as instâncias superiores e ao colegiado do CAU;

Assistente Administrativo - responsável em assessorar a execução das às atividades e os recursos administrativos necessários ao funcionamento do CAU/AC, incluindo: programas de benefícios, atividades de segurança e saúde do trabalho, capacitação, reconhecimento e remuneração; controle de documentos e serviços gerais.

Assistente de Pessoal Patrimonial, Compras e Serviços - responsável por atender os funcionários, esclarecendo e orientando seu relacionamento profissional e empregatício com o CAU/AC, administrando o quadro de pessoal, incluindo definição de efetivos, administração de cargos, carreira e salários, instrumentalizando o controle de frequência e supervisionando a elaboração das folhas de pagamento, créditos trabalhistas e cumprimento das obrigações sociais, bem como a execução do plano de capacitação e avaliação de desempenho. (Esse cargo ainda não foi implementado, atividade desenvolvida pela contabilidade terceirizada).

Limpeza e Manutenção - responsável por administrar a manutenção, conservação e limpeza dos imóveis pertencentes ao Conselho e de suas dependências. (Terceirizado).

Assistente Administrativo/Financeiro e de TI – auxilia os setores administrativos, financeiro e de TI. Preparar / organizar / analisar / arquivar documentos e correspondências diversas; Organização e localização de arquivos físicos e digitalizados; Auxiliar no controle do arquivo; Conferir documentos; Cooperar no recebimento, expedição e controle de documentos e nos agendamentos; Formação e desenvolvimento de acervos; Emitir relatórios em geral; Elaborar gráficos e planilha de documentos para análises gerenciais de controle e conferência de relatórios; Auxiliar no controle de relatórios; Levantamento e tabulação de dados para composição de projetos organizacionais; Preparação de apresentações em power point; Acompanhar as receitas e despesas previstas e realizadas no Planejamento Orçamentário; Colaborar na redação / geração / conferência de cartas e relatórios financeiros; Contato com o mercado financeiro; (Ainda não implementado).

Assessoria de TI - responsável por controlar arquivos/programas internos para backup e distribuição, desenvolver aplicativos específicos para as rotinas internas, instalar, atualizar, configurar e treinar os usuários para utilizarem os programas específicos desenvolvidos internamente na atividade de desenvolvimento de aplicativos; presta serviços de suporte local e telefônico aos usuários, instalando e movimentando equipamentos de informática (micro, periféricos e acessórios), instalando, atualizando, configurando e mantendo sistemas operacionais e “software” e participando do treinamento básico aos usuários. (Terceirizado administrado pelo CAU/BR)

Assessoria Contábil - responsável pela elaboração e execução do planejamento orçamentário financeiro, bem como a garantia da regularidade das operações orçamentárias, contábeis, patrimoniais e financeiras do CAU/AC, assim como todos os processos de Pessoal. (Terceirizado)

4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

INTRODUÇÃO SEÇÃO

O orçamento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre integra um conjunto de informações relativas às ações estabelecidas nos projetos e nas atividades, os quais estão alinhados para que funcionem como instrumento de programação, de controle e de planejamento, apresentando compatibilidade com as informações contábeis em 100% nas receitas e despesas, atendendo o princípio do orçamento bruto. O monitoramento das informações é feito de forma sistêmica e contribui para o atendimento dos objetivos estratégicos. A programação orçamentária do CAU/AC não depende do orçamento da União e suas atividades são financiadas com recursos provenientes das anuidades, devidas pelos arquitetos e empresas de arquitetura, bem como, dos emolumentos, multas de infração, repasse do fundo de apoio e outras previstas na legislação.

4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

“O Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, compreendendo a Unidade Nacional – CAU/BR e as Unidades Estaduais – CAU/UF, autarquia criada pela Lei 12.378/2010, tem como função “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo”.

O Planejamento Estratégico busca através da avaliação dos resultados obtidos com a aplicação da estratégia atual, bem como de uma reflexão sobre os cenários de atuação e de recursos, estabelecer um conjunto de prioridades e metas para orientar a atualização dos planos de ação do CAU/BR e dos CAU/UF, visando o alcance dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico do CAU, que é a síntese do seu Planejamento Estratégico 2023.

O Planejamento estratégico 2023 foca nas prioridades, políticas, estratégias e resultados para o alcance da missão Promover a Arquitetura e Urbanismo para Todos e da visão Ser Reconhecido como Referência na Defesa e Fomento das Boas Práticas da Arquitetura e Urbanismo.

O Plano de Ação de 2017 realizado com base no Planejamento Estratégico até 2023, elaborado de forma integrada com os parceiros internos. Os projetos e atividades – metas, resultados e indicadores de desempenho, focaram a contribuição a cada objetivo estratégico.

O Plano de Ação do CAU/BR e dos CAU/UF para o exercício de 2017 seguem as premissas e orientações estratégicas traçadas no Planejamento Estratégico do CAU - na visão de longo prazo 2023, objetivando ao atendimento às perspectivas e objetivos estratégico que se apresentam no Mapa Estratégico. Para a elaboração do Plano de Ação, Planejamento Tático e Operacional, estruturado em iniciativas estratégicas - projetos e atividades vinculados aos objetivos estratégicos priorizados para o exercício, as orientações e destinações estratégicas de recursos estão em conformidade com as políticas e prioridades estabelecidas pelo Conselho, para 2017, na forma das Diretrizes para Elaboração do Plano de Ação, aprovadas. No decorrer do exercício, frente às metas realizadas e resultados alcançados no período, bem como a novas políticas e diretrizes que se façam necessárias para um melhor desempenho da atuação do Conselho, na busca do alcance de sua Missão e Visão, e em prol do fortalecimento da profissão e da arquitetura e urbanismo, as correções

de rumo que se fizeram necessários foram objeto de ajustes no processo das reprogramações do Plano de Ação e Orçamento 2017, que ocorreram no período, observando as prioridades e estratégias definidas nas Diretrizes para Reprogramação do Plano de Ação e Orçamento do CAU, na forma aprovada pelo Plenário. Os limites e condições de alocação de recursos estratégicos para o exercício de 2017 situaram-se, praticamente, nas metas previstas/aprovadas para o exercício. As variações frente às metas previstas justificaram pelas adequações realizadas pelo CAU/BR, visando a um melhor atendimento às políticas e prioridades de atuação estabelecidas no alcance da Missão e Visão do Conselho.”

4.1.1 OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

ANEXO - Objetivos do Exercício - Descrição e Objetivo Estratégico - Vide anexo do tópico 4.1.1 no final da seção

4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Introdução

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil-CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal-CAU/UF foram criados com a Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no país. Uma conquista histórica para a categoria, que significa maior autonomia e representatividade para a profissão.

Autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, que constitui serviço público federal, com sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal, e jurisdição em todo o território nacional, criado para cumprir a função de “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo (§ 1º do Art. 24 da Lei 12.378/2010). Todas as informações sobre as competências institucionais estão no REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ACRE (CAU/AC) de 19 de novembro de 2013 no seu Art. 3, no inciso I ao XIV

Missão/Finalidade institucional

A missão é promover a arquitetura e urbanismo para todos, tendo por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo, zelar pela observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos arquitetos e urbanistas e

pelo aperfeiçoamento da prática profissional, com vistas ao desenvolvimento regional e urbano sustentável e à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico, paisagístico, edificado e ambiental.

Competências Legais

Em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 12.378, de 2010 O compete ao CAU/AC: I - elaborar e alterar seu Regimento Interno e demais atos administrativos; II - cumprir e fazer cumprir o disposto na Lei nº 12.378, de 2010, no Regimento Geral do CAU/BR, nos demais atos normativos do CAU/BR e nos próprios atos, no âmbito de sua competência; III - criar representações e escritórios descentralizados no território de sua jurisdição, na forma normativos do CAU/BR; IV - criar colegiados com finalidades e funções específicas; V - realizar as inscrições de profissionais e de pessoas jurídicas habilitadas, na forma da Lei nº 12.378, de 2010, para exercerem atividades de Arquitetura e Urbanismo, mantendo o cadastro atualizado, e expedir as carteiras de identificação de profissionais; VI - cobrar as anuidades, as multas e os Registros de Responsabilidade Técnica; VII - fazer e manter atualizados os registros de direitos autorais, de responsabilidade e os acervos técnicos; VIII - fiscalizar o exercício das atividades profissionais de Arquitetura e Urbanismo; IX - julgar em primeira instância os processos disciplinares, na forma que determinar o artigo 20 da Lei 12.378/2010. X - deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros, elaborando programas de trabalho e orçamento; XI - autorizar a oneração ou a alienação de bens imóveis de sua propriedade; XII - representar os arquitetos e urbanistas domiciliados em sua jurisdição em colegiados de órgãos públicos estaduais e municipais que tratem de questões de exercício profissional referentes à Arquitetura e Urbanismo, assim como em órgãos não governamentais da área de sua competência; XIII - manter relatórios públicos de suas atividades; XIV - firmar convênios com entidades públicas e privadas. § 1º Além das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 12.378, de 2010, compete ao CAU/AC: II - gerir seus recursos e patrimônio; I - divulgar suas ações institucionais; 111- coordenar, supervisionar e controlar suas atividades. § 20 O exercício das competências enumeradas nos incisos 111, IV, X e XIV o caput terá como limite para seu efetivo custeio os recursos próprios do CAU/AC, considerados os seus efeitos nos exercícios subsequentes, observadas as normas de ordem pública relativa à contratação de serviços e à celebração de convênios. § 30 Excepcionalmente, serão considerados recursos próprios do CAU/AC os repasses recebidos do CAU/BR, a conta do fundo especial a que se refere o art. 60 da Lei nº 12.378, de 2010.

Análise crítica

4.2 RESULTADOS

ANEXO - Limites Estratégicos - Limites Estratégicos - Vide anexo do tópico 4.2 no final da

seção

Na busca do alcance do objetivo estratégico de " Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo" foi executada a atividade "Fiscalização", a qual estava previsto o investimento de R\$ 211.318,00 e foi executado R\$ 179.767,41, que corresponde a 85,07% do estimado. A Fiscalização esteve presente em sete cidades do Estado em 2017, dentre elas: Rio Branco, Assis Brasil, Brasília, Epitaciolândia, Senador Guimard, Bujari e Cruzeiro do Sul. Como resultados foram realizadas: 190 fiscalizações, emitidas 131 notificações preventivas, 31 autos de infração, não houve notificações para inadimplentes PF e 07 para PJ. Foi realizado visitar aos condomínios da cidade de Rio Branco, ações fiscalizatórias, orientativas e preventivas.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de "Assegurar a eficácia no Atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade" foi executada a atividade "Atendimento" através do pagamento de salários e encargos, a qual estava previsto o investimento de R\$ 336.00,00 e foi executado R\$ 335.998,00, que corresponde a 99,99% do estimado.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de "Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a Sociedade" foi executada a atividade "palestras e comunicação", e também as publicações em diário oficial e divulgação do conselho nas mídias em busca de manter o conselho mais visível perante a sociedade. A assessoria de comunicação não foi contratada devido a falta de empresas interessadas. Foram realizados o Seminário de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social-ATHIS e Oficina. Foram dois dias de muito aprendizado nas palestras e na oficina, que abordaram casos e nos mostraram o quão necessário é a Assistência Técnica para famílias de baixa renda.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de "Aprimorar e inovar os processos e as ações " foi executada a atividade de palestras e capacitação dos colaboradores, realizadas através do curso de licitação e treinamento da oficina do gspública. Também através da compra de materiais destinados a organização do conselho com o objetivo de manter as necessidades do conselho.

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DA RECEITA

A receita arrecadada até o mês de dezembro de 2017 atingiu o valor de R\$ 1.108.338,89 que corresponde a 99,49% da Receita Corrente que é de R\$ 1.114.019,00 e de 91,12% da Receita Orçamentária que é de R\$ 1.216.319,00.

DA DESPESA

A despesa realizada até o mês de dezembro de 2017 atingiu o valor de R\$ 1.030.328,89, que corresponde a 84,71% da Proposta Orçamentária de 2017, que é de R\$ 1.216.319,00.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Comparando a Receita Arrecadada com a Despesa Realizada até o mês de dezembro de 2017, constatou-se um Superávit Orçamentário no valor de R\$ 78.010,00 do valor arrecadado até o mês de dezembro de 2017.

4.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	1.037.253,00	1.171.485,00	0,00	47.061,00	0,00	2.227,00	1.037.253,00	1.216.319,00
6.2.1.1.1 - RECEITA CORRENTE	1.005.253,00	1.089.185,00	0,00	27.061,00	0,00	2.227,00	1.005.253,00	1.114.019,00
6.2.1.1.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUICOES	94.727,00	129.019,00	0,00	9.172,00	0,00	2.227,00	94.727,00	135.964,00
6.2.1.1.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	94.727,00	129.019,00	0,00	9.172,00	0,00	2.227,00	94.727,00	135.964,00
6.2.1.1.1.02.01.01 - ANUIDADES	94.727,00	129.019,00	0,00	9.172,00	0,00	2.227,00	94.727,00	135.964,00
6.2.1.1.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	86.618,00	93.338,00	0,00	15.212,00	0,00	0,00	86.618,00	108.550,00
6.2.1.1.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
6.2.1.1.1.05.05 - EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	84.618,00	91.338,00	0,00	15.212,00	0,00	0,00	84.618,00	106.550,00
6.2.1.1.1.06 - FINANCEIRAS	32.304,00	35.611,00	0,00	2.677,00	0,00	0,00	32.304,00	38.288,00
6.2.1.1.1.06.02 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	4.304,00	6.611,00	0,00	2.677,00	0,00	0,00	4.304,00	9.288,00
6.2.1.1.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	28.000,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00	29.000,00
6.2.1.1.1.06.05.03 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00
6.2.1.1.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	25.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	26.000,00
6.2.1.1.1.07 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	791.604,00	831.217,00	0,00	0,00	0,00	0,00	791.604,00	831.217,00

6.2.1.1.1.07.02 - Transferências Intergovernamentais	791.604,00	831.217,00	0,00	0,00	0,00	0,00	791.604,00	831.217,00
6.2.1.1.2 - RECEITA DE CAPITAL	32.000,00	82.300,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	32.000,00	102.300,00
6.2.1.1.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	32.000,00	82.300,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	32.000,00	102.300,00
6.2.1.1.2.05.01 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	32.000,00	82.300,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	32.000,00	102.300,00
6.2.2.1 - DISPONIBILIDADES DE CREDITO	1.037.253,00	1.171.485,00	89.065,86	255.360,72	89.065,86	210.526,72	1.037.253,00	1.216.319,00
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	1.037.253,00	1.171.485,00	89.065,86	255.360,72	89.065,86	210.526,72	1.037.253,00	1.216.319,00
6.2.2.1.1.01 - DESPESA CORRENTE	985.253,00	1.068.185,00	78.615,86	189.187,11	61.578,01	143.353,11	1.002.290,85	1.114.019,00
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL	499.200,00	534.000,00	14.872,71	45.121,91	13.095,91	73.867,61	500.976,80	505.254,30
6.2.2.1.1.01.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS	479.200,00	514.000,00	4.003,91	23.121,91	13.095,91	67.387,61	470.108,00	469.734,30
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	361.270,00	406.208,00	4.003,86	16.049,41	9.092,05	65.548,95	356.181,81	356.708,46
6.2.2.1.1.01.01.01.002 - ENCARGOS SOCIAIS	117.930,00	107.792,00	0,05	7.072,50	4.003,86	1.838,66	113.926,19	113.025,84
6.2.2.1.1.01.01.02 - DIÁRIAS	20.000,00	20.000,00	10.868,80	22.000,00	0,00	6.480,00	30.868,80	35.520,00
6.2.2.1.1.01.02 - MATERIAL DE CONSUMO	14.666,00	13.600,00	0,00	3.157,00	2.663,25	3.228,50	12.002,75	13.528,50
6.2.2.1.1.01.02.01 - MATERIAL DE CONSUMO	14.666,00	13.600,00	0,00	3.157,00	2.663,25	3.228,50	12.002,75	13.528,50
6.2.2.1.1.01.03 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	47.600,00	91.600,00	23.641,50	27.328,00	1.944,00	14.760,00	69.297,50	104.168,00
6.2.2.1.1.01.03.01 - REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	9.600,00	36.600,00	14.700,00	0,00	0,00	14.760,00	24.300,00	21.840,00
6.2.2.1.1.01.03.02 - DIÁRIAS	38.000,00	55.000,00	8.941,50	27.328,00	1.944,00	0,00	44.997,50	82.328,00
6.2.2.1.1.01.04 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	416.787,00	394.840,00	40.101,65	98.663,89	43.874,85	49.497,00	413.013,80	444.006,89
6.2.2.1.1.01.04.01 - SERVIÇOS DE	91.000,00	89.520,00	0,00	1.800,00	1.296,00	200,00	89.704,00	91.120,00

CONSULTORIA								
6.2.2.1.1.01.04.02 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	45.918,00	46.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	45.918,00	48.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04 - SERVIÇOS PRESTADOS	228.569,00	208.020,00	25.483,67	48.417,48	42.578,85	49.297,00	211.473,82	207.140,48
6.2.2.1.1.01.04.06 - PASSAGENS	51.300,00	51.300,00	14.617,98	46.446,41	0,00	0,00	65.917,98	97.746,41
6.2.2.1.1.01.05 - ENCARGOS DIVERSOS	7.000,00	7.680,00	0,00	14.916,31	0,00	2.000,00	7.000,00	20.596,31
6.2.2.1.1.01.05.01 - ENCARGOS DIVERSOS	7.000,00	7.680,00	0,00	14.916,31	0,00	2.000,00	7.000,00	20.596,31
6.2.2.1.1.01.07 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	26.465,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.465,00
6.2.2.1.1.01.07.01 - FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	0,00	7.809,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.809,00
6.2.2.1.1.01.07.03 - CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADO	0,00	18.656,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.656,00
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	32.000,00	82.300,00	10.450,00	58.300,00	10.450,00	38.300,00	32.000,00	102.300,00
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	32.000,00	82.300,00	10.450,00	58.300,00	10.450,00	38.300,00	32.000,00	102.300,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	32.000,00	82.300,00	0,00	58.300,00	10.450,00	38.300,00	21.550,00	102.300,00
6.2.2.1.1.03 - DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	20.000,00	21.000,00	0,00	7.873,61	17.037,85	28.873,61	2.962,15	0,00

4.3.2 TRANSFERÊNCIAS

Introdução à execução transferências de recursos

Centro de Serviços Compartilhado - CSC

Beneficiário	Modalidade	Situação	Data Início	Data Término	Valor Total Pactuado	Valor Total Repassado
Centro de Serviços Compartilhado - CSC	Outro	Adimplente	02/01/2017	31/12/2017	R\$18.656,00	R\$18.656,00

Fundo de Apoio aos CAUs Básico

Beneficiário	Modalidade	Situação	Data Início	Data Término	Valor Total Pactuado	Valor Total Repassado
Fundo de Apoio aos CAUs Básico	Outro	Adimplente	02/01/2017	31/12/2017	R\$7.809,00	R\$7.809,00

4.3.3 RECEITAS

Conta contábil	Orçado (dotações + reformulações + transposições até 31/12)	Receita Bruta (total das receitas efetivas)	Diferença (Orçado - Arrecadado)
6.2.1.2 - 6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	1.216.319,00	1.108.338,89	107.980,11
6.2.1.2.1 - 6.2.1.2.1 - RECEITA CORRENTE	1.114.019,00	1.108.338,89	5.680,11
6.2.1.2.1.02 - 6.2.1.2.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	135.964,00	124.597,27	11.366,73
6.2.1.2.1.02.01 - 6.2.1.2.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	135.964,00	124.597,27	11.366,73
6.2.1.2.1.02.01.01 - 6.2.1.2.1.02.01.01 - ANUIDADES	135.964,00	124.597,27	11.366,73
6.2.1.2.1.02.01.01.001 - 6.2.1.2.1.02.01.01.001 - Pessoa Física - do Exercício	109.848,00	101.162,49	8.685,51
6.2.1.2.1.02.01.01.002 - 6.2.1.2.1.02.01.01.002 - Pessoa Física - do Exercício Anterior	6.722,00	7.213,14	-491,14
6.2.1.2.1.02.01.01.003 - 6.2.1.2.1.02.01.01.003 - Pessoa Jurídica - do Exercício	18.624,00	15.653,90	2.970,10

6.2.1.2.1.02.01.01.004 - 6.2.1.2.1.02.01.01.004 - Pessoa Jurídica - do Exercício Anterior	770,00	567,74	202,26
6.2.1.2.1.05 - 6.2.1.2.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	108.550,00	149.222,97	-40.672,97
6.2.1.2.1.05.03 - 6.2.1.2.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2.000,00	1.729,31	270,69
6.2.1.2.1.05.03.01 - 6.2.1.2.1.05.03.01 - Pessoa Física	2.000,00	1.729,31	270,69
6.2.1.2.1.05.05 - 6.2.1.2.1.05.05 - EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	106.550,00	147.493,66	-40.943,66
6.2.1.2.1.05.05.01 - 6.2.1.2.1.05.05.01 - Pessoa Jurídica - RRT	106.550,00	147.493,66	-40.943,66
6.2.1.2.1.06 - 6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	35.288,00	33.210,81	2.077,19
6.2.1.2.1.06.02 - 6.2.1.2.1.06.02 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	9.288,00	7.069,88	2.218,12
6.2.1.2.1.06.02.01 - 6.2.1.2.1.06.02.01 - Pessoas Físicas	9.288,00	7.069,88	2.218,12
6.2.1.2.1.06.05 - 6.2.1.2.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	26.000,00	26.140,93	-140,93
6.2.1.2.1.06.05.07 - 6.2.1.2.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	26.000,00	26.140,93	-140,93
6.2.1.2.1.06.05.07.001 - 6.2.1.2.1.06.05.07.001 - CDB/RDB - Títulos de Renda Fixa	0,00	22.675,86	-22.675,86
6.2.1.2.1.06.05.07.003 - 6.2.1.2.1.06.05.07.003 - Poupança	26.000,00	3.465,07	22.534,93
6.2.1.2.1.07 - 6.2.1.2.1.07 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	831.217,00	800.673,56	30.543,44
6.2.1.2.1.07.02 - 6.2.1.2.1.07.02 - Transferencias Intergovernamentais	831.217,00	800.673,56	30.543,44
6.2.1.2.1.07.02.01 - 6.2.1.2.1.07.02.01 - Repasse Fundo CAU/BR	831.217,00	800.673,56	30.543,44
6.2.1.2.1.08 - 6.2.1.2.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.000,00	634,28	2.365,72
6.2.1.2.1.08.02 - 6.2.1.2.1.08.02 - MULTAS DE INFRAÇÕES	3.000,00	634,28	2.365,72
6.2.1.2.1.08.02.03 - 6.2.1.2.1.08.02.03 - Documentos Fiscalização	3.000,00	634,28	2.365,72
6.2.1.2.2 - 6.2.1.2.2 - RECEITA DE CAPITAL	102.300,00	0,00	102.300,00
6.2.1.2.2.05 - 6.2.1.2.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	102.300,00	0,00	102.300,00

6.2.1.2.2.05.01 - 6.2.1.2.2.05.01 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	102.300,00	0,00	102.300,00
6.2.1.2.2.05.01.01 - 6.2.1.2.2.05.01.01 - SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Superávit do Orçamento Corrente)	102.300,00	0,00	102.300,00

4.3.4 DESPESAS

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
1. Despesa de Pessoal								
6.2.2.1.1.01.01.01.001.001 - Salários	287.441,86	300.763,08	287.441,86	300.763,08	0,00	0,00	287.441,86	300.763,08
6.2.2.1.1.01.01.01.002.001 - INSS Patronal	73.738,89	78.954,98	73.738,89	78.954,98	0,00	0,00	73.738,89	78.954,98
Demais elementos do grupo	124.748,54	115.331,48	124.748,54	115.331,48	0,00	0,00	124.748,54	115.331,48
2. Juros e Encargos da Dívida								
6.2.2.1.1.01.05.01.004 - Taxas Bancárias	0,00	10.921,30	0,00	10.921,30	0,00	0,00	0,00	10.921,30
Demais elementos do grupo	0,00	9.653,61	0,00	9.653,61	0,00	0,00	0,00	9.653,61
3. Outras Despesas Correntes								
6.2.2.1.1.01.04.01.001 - Consultoria Contábil	29.900,00	36.000,00	29.900,00	36.000,00	0,00	0,00	29.900,00	36.000,00
6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Consultoria Jurídica	48.000,00	49.800,00	48.000,00	49.800,00	0,00	0,00	48.000,00	49.800,00
6.2.2.1.1.01.04.04.006 - Serviços de Apoio Administrativo e Operacional	17.297,05	27.990,69	17.297,05	27.990,69	0,00	0,00	17.297,05	27.990,69
6.2.2.1.1.01.04.04.010 - Locação de Bens Imóveis	33.029,04	41.038,59	33.029,04	41.038,59	0,00	0,00	33.029,04	40.513,59
6.2.2.1.1.01.04.06.001 -	37.926,39	60.014,05	37.926,39	60.014,05	0,00	0,00	37.926,39	60.014,05

Conselheiros/Convidados								
Demais elementos do grupo	0,00	75.463,10	0,00	75.463,10	0,00	0,00	0,00	74.483,10
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
4. Investimentos								
6.2.2.1.1.02.01.03.005 - Veículos	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Demais elementos do grupo	11.395,00	20.520,00	11.395,00	20.520,00	0,00	0,00	11.395,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS PELO CAU/AC 2017:

Prioritariamente, a atuação do CAU/AC, conforme seu Mapa Estratégico, está embasada nos direcionadores estratégicos de:

- * Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo;
- * Assegurar a eficácia no Atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade.

A atuação também foca as prioridades de:

- * Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a Sociedade;
- * Assegurar a sustentabilidade financeira.

A proposta do Plano de Ação do CAU/AC, para o exercício de 2017, visando ao desenvolvimento e fortalecimento dos profissionais e da arquitetura e urbanismo no estado do Acre, compreende 13 iniciativas estratégicas sendo 5 projetos e 8 atividades.

O montante das despesas orçadas para 2017 correspondeu o valor de R\$ 1.216.319,00 (um milhão, duzentos e dezesseis mil, trezentos e dezenove reais), sendo executado o valor de R\$ 1.030.329,00 (um milhão, trinta mil, trezentos e vinte e nove reais) que correspondem a 84,7% do previsto.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de " Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo" foi executada a atividade "Fiscalização", a qual estava previsto o investimento de R\$ 211.318,00 e foi executado R\$ 179.767,41, que corresponde a 85,07% do estimado. A Fiscalização esteve presente em sete cidades do Estado em 2017, dentre elas: Rio Branco, Assis Brasil, Brasília, Epitaciolândia, Senador Guomard, Bujari e Cruzeiro do Sul. Como resultados foram realizadas: 190 fiscalizações, emitidas 131 notificações preventivas, 31 autos de infração, não houve notificações para inadimplentes PF e 07 para PJ. Foi realizado visitar aos condomínios da cidade de Rio Branco, ações fiscalizatórias, orientativas e preventivas.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de "Assegurar a eficácia no Atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade" foi executada a atividade "Atendimento" através do pagamento de salários e encargos, a qual estava previsto o investimento de R\$ 336.00,00 e foi executado R\$ 335.998,00, que corresponde a 99,99% do estimado.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de "Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a Sociedade" foi executada a atividade "palestras e comunicação", e também as publicações em diário oficial e divulgação do conselho nas mídias em busca de manter o conselho mais visível perante a sociedade. A assessoria de comunicação não foi contratada devido a falta de empresas interessadas. Foram realizados o Seminário de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social-ATHIS e Oficina. Foram dois dias de muito aprendizado nas palestras e na oficina, que abordaram casos e nos mostraram o quão necessário é a Assistência Técnica para famílias de baixa renda.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de “Aprimorar e inovar os processos e as ações” foi executada a atividade de palestras e capacitação dos colaboradores, realizadas através do curso de licitação e treinamento da oficina do gespública. Também através da compra de materiais destinados a organização do conselho com o objetivo de manter as necessidades do conselho.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2017:

Dentre os principais resultados alcançados em 2017, destacam-se os seguintes:

Com o intuito de dirimir as dúvidas dos Arquitetos e Urbanistas, foram realizadas oficinas técnicas, abordando assuntos voltados para a correta elaboração do Registro de Responsabilidade Técnicas, Certidões de Acervo Técnico com Atestado – CAT-A e o preenchimento da Tabela de Honorários do CAU dentre outros. Nesse mesmo sentido, foram realizadas diversas publicações no site do CAU/AC com as principais dúvidas dos profissionais elencadas pelo atendimento. Realizou a Campanha “CAU jovem” que consiste em realizar palestras aos recém-formados, para orienta-los na vida profissional.

Foi executada a atividade "Fiscalização", a qual estava previsto o investimento de R\$ 211.318,00 e foi executado R\$ 179.767,41, que corresponde a 85,07% do estimado. A Fiscalização esteve presente em sete cidades do Estado em 2017, dentre elas: Rio Branco, Assis Brasil, Brasília, Epitaciolândia, Senador Guimard, Bujari e Cruzeiro do Sul. Como resultados foram realizadas: 190 fiscalizações, emitidas 131 notificações preventivas, 31 autos de infração, não houve notificações para inadimplentes PF e 07 para PJ. Foi realizado visitar aos condomínios da cidade de Rio Branco, ações fiscalizatórias, orientativas e preventivas.

Foi executada a atividade "palestras e comunicação", e também as publicações em diário oficial e divulgação do conselho nas mídias em busca de manter o conselho mais visível perante a sociedade. A assessoria de comunicação não foi contratada devido à falta de empresas interessadas. Foram realizados o Seminário de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social-ATHIS e Oficina. Foram dois dias de muito aprendizado nas palestras e na oficina, que abordaram casos e nos mostraram o quão necessário é a Assistência Técnica para famílias de baixa renda.

Foi executada a atividade de palestras e capacitação dos colaboradores, realizadas através do curso de licitação e treinamento da oficina do gespública. Também através da compra de materiais destinados a organização do conselho com o objetivo de manter as necessidades do conselho.

4.5 INDICADORES

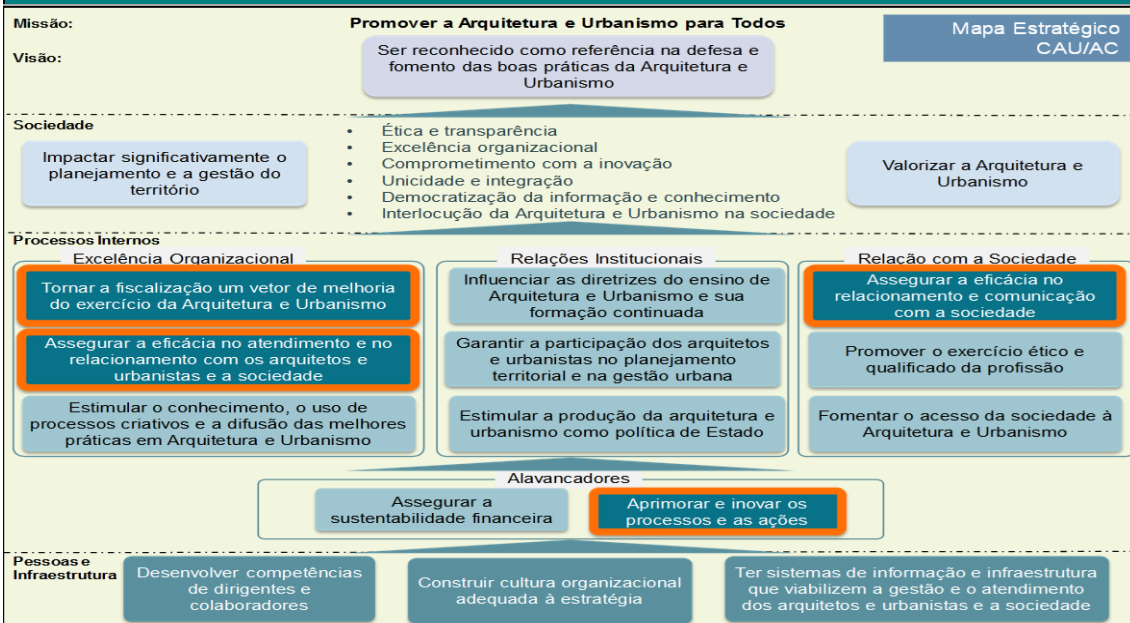
ANEXO - Indicadores - Indicadores - Vide anexo do tópico 4.5 no final da seção

**Objetivos do Exercício - Descrição e
Objetivo Estratégico - Anexo do tópico
4.1.1**

2- DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS E METAS

Prioritariamente, a atuação do CAU/AC, conforme seu Mapa Estratégico, está embasada nos direcionadores estratégicos de: * Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo; * Assegurar a eficácia no Atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade. A atuação também foca as prioridades de: * Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a Sociedade; * Assegurar a sustentabilidade financeira. A proposta do Plano de Ação do CAU/AC, para o exercício de 2017, visando ao desenvolvimento e fortalecimento dos profissionais e da arquitetura e urbanismo no estado do Acre, compreende 13 iniciativas estratégicas sendo 5 projetos e 8 atividades.

2.1- OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:



2.2- PRINCIPAIS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS EM 2017:

Em 2017, a fim de promover o desenvolvimento e fortalecimento dos profissionais e da arquitetura e urbanismo no estado do Amazonas, o CAU/AC atuou frente a 13 iniciativas estratégicas sendo eles:

. As iniciativas foram distribuídas nos seguintes projetos e atividades:

- Projeto: "Seminários, Palestras e desenvolvimento das atividades de fiscalização", "Atendimento", voltado para o objetivo estratégico "Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade"
- Atividade: "Fiscalização do Exercício Profissional do CAU/AC", voltado para o objetivo estratégico "Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo";
- Atividade: "Organização administrativa", voltado para o objetivo estratégico "Aprimorar e inovar os processos e as ações".
- Atividade: "Manutenção e conservação administrativa e informativa da sede do CAU/AC", "Centro de Serviços Compartilhados – CSC", "Estruturação Sede CAU" voltado para o objetivo estratégico, "Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade".
- Atividade: "Contribuição com o fundo de apoio", "Reserva de contingência", voltado para o objetivo estratégico, "Assegurar a sustentabilidade financeira".
- Projeto: "Patrocínio", voltado para o objetivo estratégico, "Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo"
- Projeto: "Treinamento", voltado para o objetivo estratégico, "Desenvolver competências de dirigentes e colaboradores"
 - Atividade: "comunicação", voltado para o objetivo estratégico, "Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade"
- Projeto: "Assistência Técnica", voltado para o objetivo estratégico, "Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo"

Limites Estratégicos - Limites Estratégicos

- Anexo do tópico 4.2

DOS LIMITES DE APLICAÇÕES ESTRATÉGICAS:

LIMITES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS ESTRATÉGICOS:	LIMITES		Aprovado 2017	Executado 2017	Variação % de Execução
	Fiscalização (mínimo de 20 % do total da RAL)	%	20,0%	17,0%	-3,0%
	Atendimento (mínimo de 10 % do total da RAL)	%	31,8%	31,8%	0,0%
	Comunicação (mínimo de 3% do total da RAL)	%	10,0%	1,9%	-8,1%
	Patrocínio (máximo de 5% do total da RAL)	%	2,0%	0,0%	-2,0%
	Objetivos Estratégicos Locais (mínimo de 6 % do total da RAL)	%	12,5%	3,1%	-9,4%
	Assistência Técnica (mínimo de 2% do total da RAL)	%	3,9%	2,7%	-1,2%
	Capacitação (mínimo de 2% e máximo de 4% do valor total da folhas de pagamento)	%	2,2%	0,8%	-1,4%
	Despesas com Pessoal (máximo de 55% sobre as Receitas Correntes)	%	41,5%	42,2%	0,7%

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES ENTRE EM OS ÍNDICES APROVADOS E EXECUTADOS EM

**Despesas Totais por Modalidade de
Contratação.pdf - Despesas Totais por
Modalidade de Contratação - Anexo do
tópico 4.3.4**

Despesas por Modalidade de Licitação

Modalidade Contratação	Despesa Liquidada						Despesa Paga					
	2017			2016			2017			2016		
	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g+h)												
a) Convite	68	166.531,90	16,16	84	184.064,43	20,99	11	148.271,90	14,71	23	184.064,43	21,05
b) Tomada de Preços	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
c) Concorrência	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
d) Pregão	5	10.240,38	0,99	5	8.587,90	0,98	1	10.240,38	1,02	1	8.587,90	0,98
e) Concurso	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
f) Consulta	36	56.418,26	5,48	31	57.448,92	6,55	18	52.653,26	5,22	8	57.448,92	6,57
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	109	233.190,54	22,6	120	250.101,25	28,5	30	211.165,54	21,0	32	250.101,25	28,6
2. Contratações Diretas (i+j)												
i) Dispensa	518	40.662,92	3,95	771	49.079,08	5,60	19	40.662,92	4,03	28	48.476,97	5,54
j) Inexigibilidade	7	5.619,80	0,55	0	0,00	0	3	5.619,80	0,56	0	0,00	0
	525	46.282,72	4,5	771	49.079,08	5,6	22	46.282,72	4,6	28	48.476,97	5,5
3. Regime de Execução Especial												
k) Suprimento de Fundos	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	0	0,00	0,0	0	0,00	0,0	0	0,00	0,0	0	0,00	0,0
4. Pagamento de Pessoal (l+m)												
l) Pagamento em Folha	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
m) Diárias	52	103.542,93	10,05	46	74.286,30	8,47	49	103.542,93	10,27	44	74.286,30	8,50
	52	103.542,93	10,1	46	74.286,30	8,5	49	103.542,93	10,3	44	74.286,30	8,5
5. Total												
	686	383.016,19	37,17	937	373.466,63	42,58	101	360.991,19	35,80	104	372.864,52	42,64
6. Total Geral												
	1320	1.030.328,89	100	1189	877.008,44	100	180	1.008.303,89	100	178	874.406,33	100

Indicadores - Indicadores - Anexo do tópico 4.5

3-INDICADORES INSTITUCIONAIS

3.1- INDICADORES DE RESULTADO

Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice da capacidade de fiscalização (Estados)	$\frac{\text{quantidade de serviços fiscalizados pelo CAU/UF}}{100} \times \text{número de serviços em execução conhecidos no Estado (acumulado no ano)}$	trimestral	31/12/2017	60%	-	Não houve mapeamento de processos previstos para está índice, pois não consegui os dados de serviços em execução, conhecidos no estado.
Índice de presença profissional nos serviços fiscalizados (Estados)	$\frac{\text{quantidade de presença profissional (com RRT)}}{100} \times \text{número de serviços fiscalizados no Estado (acumulado no ano)}$	trimestral	31/12/2017	50%	19%	A meta não foi alcançada, pois o conselho passou dois meses sem fiscal e depois ficamos dois meses sem carro.
Índice de RRT por mês por profissional ativo (Estados)	$\frac{\text{número total de RRT registrados por mês}}{\text{número total de profissionais ativos no Estado}}$	anual	31/12/2017	2,4	5,8	A meta foi alcançada com a melhoria da fiscalização. Com a participação de uma nova colaboradora.
Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho

Índice de atendimento (Estados)	$\frac{\text{número de solicitações tratadas em até 30 dias}}{\text{número de solicitações}} \times 100$ (valor do trimestre)	trimestral	31/12/2017	100%	100%	Meta alcançada, devido o atendimento ter sido executado no período solicitado.
Índice de satisfação com a solução da demanda (Estados)	$\frac{\text{número de usuários satisfeitos com a solução da demanda}}{\text{número de usuários que responderam a pesquisa}} \times 100$ (valor do trimestre)	trimestral	31/12/2017	100%	90%	Meta não alcançada, pois não obtivemos a resposta de satisfação de todos os atendimentos.
Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Acessos à página do CAU UF (Estados)	Quantidade de acessos qualificados (visitantes únicos) a página do CAU (acumulado no ano)	trimestral	31/12/2017	4.000	4.275	Meta alcançado, devido a divulgações de publicidade, realizadas pelo conselho.
Índice de presença na mídia como um todo (Estados)	$\frac{\text{número de inserções na mídia em geral onde o CAU foi citado}}{\text{total de notícias sobre questões de Arquitetura e Urbanismo}} \times 100$ (valor do trimestre)	trimestral	31/12/2017	25%	-	Não houve mapeamento de processos previstos para está índice fosse medido em 2017. Em 2018 será revisto e mensurado.

Índice de inserções positivas na mídia (Estados)	$\frac{\text{número de inserções positivas do CAU na mídia}}{100 \text{ total de inserções do CAU na mídia (valor do trimestre)}} \times$	trimestral	31/12/2017	25%	18%	Meta não alcançada, pois ainda não possuímos empresa de comunicação.
Assegurar a sustentabilidade financeira	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de receita por arquiteto e urbanista (Estados)	$\frac{\text{receita corrente do Estado}}{\text{arquiteto e urbanista ativo no Estado (valor do trimestre)}}$	trimestral	31/12/2017	2.687	2.690	Meta satisfatória
Relação receita/custo de pessoal (Estados)	$\frac{\text{custo de pessoal do Estado}}{100 \text{ receita corrente do Estado}} \times$	trimestral	31/12/2017	42%	42%	Meta satisfatória
Índice de liquidez corrente (Estados)	$\frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}}$	mensal	31/12/2017	8,00	5,95	Meta satisfatória, pois foi adquirido um veículo no período diminuindo o ativo circulante e aumentando o imobilizado

Índice de inadimplência pessoa física (Estados)	$\frac{\text{total de profissionais inadimplentes}}{\text{total de profissionais ativos}} \times 100$	mensal	31/12/2017	16,0%	17,2%	Meta não alcançada Tendo em vista o cenário de recessão que o país está enfrentando, as inadimplências ficaram superior ao estimado, impactando no resultado do indicador.
Índice de inadimplência pessoa jurídica (Estados)	$\frac{\text{total de empresas inadimplentes}}{\text{total de empresas ativas}} \times 100$	mensal	31/12/2017	33,8%	43,9%	Meta não alcançada Tendo em vista o cenário de recessão que o país está enfrentando, as inadimplências ficaram superior ao estimado, impactando no resultado do indicador.
Aprimorar e inovar os processos e as ações	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de processos aprimorados e/ou inovados (Estados)	$\frac{\text{número de processos críticos aprimorados e/ou inovados}}{\text{total de processos críticos}} \times 100$ (valor do semestre)	trimestral	31/12/2017	47	-	Não houve mapeamento de processos previstos para está índice fosse medido em 2017. Em 2018 será revisto e mensurado.

ORIENTAÇÕES: Informar as metas previstas/alcançadas relacionadas aos indicadores apresentados, por objetivo estratégico, no Plano de Ação 2017.

5 - GOVERNANÇA

INTRODUÇÃO SEÇÃO

Governança corporativa é o sistema por meio do qual se exerce e se monitora o controle nas entidades. É o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas. No CAU/AC o sistema de governança apresenta a seguinte estrutura:

5.1 GOVERNANÇA

O CAU/AC tem sua estrutura e funcionamento definidos por meio de Regimento Interno, sendo organizado pelo Plenário, Presidência, Comissões Ordinárias, Comissões Especiais e Colegiado Permanente com a participação das Entidades Estaduais de Arquitetos e Urbanistas. O plenário é constituído por conselheiros titulares em número definido no Art. 35 da Lei nº 12.378/2010, onde cada titular tem um suplente, sendo de sua competência apreciar e decidir sobre os assuntos de interesse do CAU/AC, tais como: atos da administração, orçamentário e financeira. As comissões ordinárias têm por finalidade auxiliar o Plenário nas matérias de sua competência, relacionada à ética, ao exercício profissional, à gestão administrativo-financeira e à organização do CAU/AC, bem como à comunicação e aos relacionamentos institucionais, sendo constituída, por no mínimo, três conselheiros estaduais, eleitos pelo Plenário na primeira eleição do ano. No âmbito do CAU/AC são instituídas três comissões permanentes, sendo formada da seguinte maneira: Comissões Permanentes: - Comissão de Planejamento e Finanças e Organização e Administração - CPFi e COA - Comissão de Ética e Disciplina - CED - Comissão de Exercício Profissional Ensino e Formação – CEP E CEF As comissões especiais, por sua vez, têm por finalidade auxiliar o Plenário nas matérias de sua competência, respeitando as atribuições definidas no Regimento Interno ou no ato de sua instituição. Sendo instituída, no âmbito do CAU/AC, a Comissão Especial de Política Profissional, Política Urbana e Ambiental – CEPPPUA.

5.2 DIRIGENTES

Dirigente:	EDFA VIVIANE FARIAS XAVIER DA ROCHA
CPF:	025.699.554-00
Cargo:	Presidente
Registro Profissional:	A374156
Entidade:	
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	Eleições ocorridas em 2014 para exercício de 2015/2017.
Ato de designação:	Ata de Posse
Data do Ato de designação:	12/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: Dandara Cristtinny Brito Lima

CPF: 883.751.532-49

Cargo: Conselheiro Estadual Suplente

Registro Profissional: A692050

Entidade:

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições ocorridas em 2014 para exercício de 2015/2017.

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 12/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: Lais Medeiros de Araujo

CPF: 863.208.742-87

Cargo: Diretor Financeiro

Registro Profissional: A592226

Entidade:

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições ocorridas em 2014 para exercício de 2015/2017.

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 12/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: Emerson Deangelis Simplicio dos Santos

CPF: 011.826.324-24

Cargo: Conselheiros Estadual Titular

Registro Profissional: A525790

Entidade:

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições ocorridas em 2014 para exercício de 2015/2017.

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 12/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: Carlos Alberto Coelho Bianco

CPF: 122.366.638-70

Cargo: Conselheiro Estadual Suplente

Registro Profissional: A257869

Entidade:

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições ocorridas em 2014 para exercício de 2015/2017.

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 12/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: Emmanuely Helueny Aguiar de Andrade

CPF: 526.926.202-91

Cargo: Conselheiro Estadual Suplente

Registro Profissional: A691984

Entidade:

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições ocorridas em 2014 para exercício de 2015/2017.

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 12/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: Jorge Luiz dos Santos Silveira

CPF: 804.647.852-00

Cargo: Conselheiro Estadual Suplente

Registro Profissional: A746835

Entidade:

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições ocorridas em 2014 para exercício de 2015/2017.

Ato de designação: Ata de Posse
Data do Ato de designação: 12/12/2014
Data inicial do mandato: 01/01/2015
Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente:	Letícia Medeiros de Araujo
CPF:	010.430.782-07
Cargo:	Conselheiro Estadual Suplente
Registro Profissional:	A1009591
Entidade:	
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	Eleições ocorridas em 2014 para exercício de 2015/2017.
Ato de designação:	Ata de Posse
Data do Ato de designação:	12/12/2014
Data inicial do mandato:	01/01/2015
Data final do mandato:	31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente:	Ricardo Campelo Esteves
CPF:	037.351.587-14
Cargo:	Conselheiros Estadual Titular
Registro Profissional:	A259632
Entidade:	
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	Eleições ocorridas em 2014 para exercício de 2015/2017.
Ato de designação:	Ata de Posse
Data do Ato de designação:	12/12/2014
Data inicial do mandato:	01/01/2015
Data final do mandato:	31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente:	SUELI MARIA MALAQUIAS DA SILVA PAULA
CPF:	419.199.122-15
Cargo:	Contadora
Registro Profissional:	CRC/AC 1717/O
Entidade:	Domínio Assessoria e Serviços Contábeis Ltda
Processo de escolha de	Processo licitatório por carta convite realizado em 2015.

**dirigentes e exigências
quanto ao perfil:**

Ato de designação: Contrato de Prestação de Serviços

**Data do Ato de
designação:** 12/12/2015

Data inicial do mandato: 01/01/2016

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

5.3 AUDITORIA

No âmbito de funcionamento dos CAU, tanto o nacional quanto os estaduais e do Distrito Federal, uma das instâncias de controle é a realização de auditoria junto aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo, com o objetivo de garantir a observância dos princípios constitucionais de legalidade, moralidade e eficiência na gestão pública. O processo é realizado por empresa de auditoria independente especialmente contratada para tal fim. As principais conclusões da auditoria realizada no CAU/UF estão no documento anexo Relatório dos Auditores Independentes. Ressalta-se, ainda, a Comissão de Contas que cumprem papel similar, efetuando vistas, observações, sugestões, recomendações e apontamentos sobre todas as contas (balancetes, balanços), orçamento anual, Plano de Ação, reformulações e transposições, execução orçamentária (desempenho da arrecadação e gastos por unidade de contas, projeto/atividade), e ainda análise dos relatórios com informações gerenciais,

5.4 APURAÇÕES

Não foi identificado até o momento nenhum ilícito no CAU/AC e nem houve a necessidade de instauração dessa estrutura.

5.5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O CAU/AC no ano de 2017 passou por muitas mudanças, contudo nosso controle interno está sendo implantado de forma buscar ajudar nesta questão de verificação de nossos procedimentos administrativos, de forma à não prejudicar o conselho, sempre trabalhamos com vistas que o controle interno precisa ser visto como segurança para o gestor e para o órgão.

No que tange o gerenciamento dos riscos na área de pessoal, o CAU/AC ao convocar os efetivados pelo Concurso Público realiza avaliações de desempenho, sendo que o mesmo fica em regime de contrato de experiência por noventa dias, passando a ser efetivado se

estiver apto nas avaliações com nota mínima de 7 entre os requisitos avaliados.

5.6 REMUNERAÇÕES

Art. 40. O exercício das funções de presidente e de conselheiro do CAU/BR e dos CAUs não será remunerado

5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE

SISTEMÁTICA DE CONTRATAÇÃO DA AUDITORIA INDEPENDENTE	Foi realizado o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, segundo os ditames jurisprudenciais do TCU, sem prejuízo da melhor forma de assegurar-se a qualificação técnica de possíveis licitantes, nos limites legais.		
NOME DA EMPRESA CONTRATADA	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES – SOCIEDADE SIMPLES	CPNJ DA CONTRATADA	54.276.939/0001-79
ENDEREÇO DA EMPRESA CONTRATADA	Rua Major Quedinho, nº 90, 3º andar, Bairro Consolação, CEP: 01050-030, São Paulo – SP		
CONTATO	Tel: +55 (11) 3848 5880 Fax: +55 (11) 3045 7363 www.bdobrazil.com.br		
DATA DO CONTRATO	23/02/2018	VALOR DO CONTRATO	R\$254.650,36
SERVIÇOS CONTRATADOS	Execução dos trabalhos de análise, revisão e emissão de relatórios e pareceres sobre os controles internos e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, quanto às posições financeira e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e dos 27 Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAU/UF.		
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	O contrato assinado com a licitante em 23/02/2018 teve vigência prorrogada por mais 12 (doze) meses, podendo, a critério da Contratante, e sob condições vantajosas, ser prorrogado mediante termo aditivo, por sucessivos períodos, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.		

6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

INTRODUÇÃO SEÇÃO

O conteúdo deste capítulo tem como objetivo expor as informações acerca da estrutura de pessoal do Conselho. A seção foi organizada em sete subseções: “Gestão de Pessoas”, “Estrutura de pessoal”, “Despesas com Pessoal”, “Gestão de Riscos”, “Mão de Obra Temporária”, “Gestão da tecnologia da informação”, “Sistemas de Informação”.

6.1 GESTÃO DE PESSOAS

O Conselho através de Concurso Público por prazo determinado Egressou em seu quadro funcional um novo servidor no ano de 2017, por causa da vacância por afastamento de dois servidores, um por licença sem remuneração e outro por licença maternidade. Além desses o Conselho possui quatro outros funcionários contratados e uma estagiária.

6.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL

Força de trabalho da UPC

Introdução

Em dezembro de 2017, o CAU/AC contava com 07 colaboradores, sendo 04 funcionários efetivos, 03 cargos efetivo de livre provimento. Sendo que houve no ano um funcionário com licença sem remuneração.

Análise Crítica

As atividades de contabilidade, jurídica, limpeza e motorista foram terceirizadas

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	4	4	1	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	4	4	1	0

1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	4	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	3	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	7	7	1	0

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia do cargo	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	1	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	4	3

Detalhamento da estrutura da UPC

Introdução

O quadro funcional do CAU/AC é composto por sete colaboradores, sendo classificados de acordo com a função da seguinte forma: Três fiscais, sendo que um encontra-se em licença sem remuneração; Um Gerente Técnico e de Fiscalização; Uma secretaria geral; Um assistente administrativo, Um Gerente Geral.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Cargos em Comissão	3	3	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	3	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	3	3	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2):	3	3	0	0

Análise Crítica

Quantidade de servidores frente às necessidades da unidade

Como o CAU/BR observou nas estruturas menores, alguns cargos acabam tendo enriquecimento de tarefas (multi-skill), com o mesmo profissional tendo que assumir um escopo maior para atender os processos comuns às estruturas maiores.

Avaliação da distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim

A distribuição proporcional entre as áreas meio e as áreas fim onde 42,85% da força de trabalho está destinadas as areas meio e 57,14% as areas fim.

Avaliação do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados

A quantidade de servidores concursado perante aos não concursados equivalem a proporcionalidade de 57,14%.

Impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível

Não houve aposentadoria no período.

Afastamentos que reduzem a força de trabalho e impactos nas atividades desenvolvidas

Durante o ano calendário de 2017 houve um afastamento por licença sem remuneração e licença maternidade no qual impactou muito o desenvolvimento das atividades do conselho devido ao número reduzido de servidores para a realização dos processos necessários ao Conselho em especial a fiscalização.

6.1.2 DESPESA C/ PESSOAL

Despesas com Pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas variáveis						Despesas exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retrocessões	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assist. e previd.	Demais despesas var.			
Membros de poder e agentes políticos										
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
2017	114.766,06	0,00	10.527,40	0,00	12.441,60	41.588,76	0,00	0,00	0,00	179.323,82

2016	115.925,30	0,00	7.504,61	0,00	4.607,61	37.274,05	0,00	0,00	0,00	165.311,57
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com órgão da unidade										
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VINCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2017	207.561,95	0,00	15.894,75	0,00	14.904,00	71.435,85	0,00	0,00	0,00	309.796,55
2016	209.129,17	0,00	17.087,27	0,00	26.109,79	68.291,49	0,00	0,00	0,00	320.617,72
Servidores cedidos com ônus										
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário										
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6.1.3 GESTÃO DE RISCOS

Foi elaborado os Programas de Saúde como Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) instituído pela NR 7 e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) instituído pela NR-9. Estes programas trazem medidas para prevenir riscos a saúde e integridade física dos colaboradores que estão sendo devidamente praticados pelo Conselho como por exemplo os exames periodicos, disponibilizado EPI's, adequação dos equipamentos tudo de acordo com a necessidade para o bem estar dos colaboradores. Além da área de saúde ocupacional também realizamos treinamento para o melhor entender e deserver as atividades no Conselho. Passamos por auditoria interna realizada pelo CAU/BR para acompanhamento e orientação dos processos desenvolvidos pelo Conselho e pela Auditoria Externa como fiscalização das atividades realizadas pelos colaboradores do Conselho.

6.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

Não há mão de obra temporária.

6.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O CAU/AC não possui área específica responsável pela gestão de TI por existir um centro de serviços compartilhados que gera uma série de vantagens para os CAU/UF e para a comunidade dos arquitetos e urbanistas como a melhor prestação de serviços em todo o país e de maneira uniformizada; economia de escala na compra de tecnologias e treinamento dos atendentes; e facilidade de atualização tecnológica, uma vez que o mesmo sistema será usado em todas as unidades da federação.

O Centro de Serviços Compartilhados (CSC) gerencia serviços como o Sistema de Comunicação e Informação do CAU (SICCAU) e o Sistema de Inteligência Geográfica (IGEO), além de informações contábeis e gerenciais internas do CAU. Os custos são compartilhados entre o CAU/BR e os CAU/UF, em conformidade com as obrigações respectivas estabelecidas pela Lei 12.378/2010

6.2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O CAU/AC, em conjunto com o CAU/BR, conta com o atendimento do Centro de Serviços Compartilhados-CSC, conforme definido na Resolução n. 92 do CAU/BR, de 10 de outubro de 2014, que compreendem os seguintes serviços:

a) Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU) nos módulos:

- 1 - Gerencial: Orçamentário, Financeiro e Contábil, Centro de Custo, Patrimônio, Passagens e Diárias, Almoxarifado, Compras e Contratos;
- 2 - Corporativo e Ambiente Profissional;
- 3 - Sistema de Informação Geográfica;

b) Serviço de DATA CENTER;

- c) Rede Integrada de Atendimento (RIA), compreendendo:
- 1 - Serviço de Tele Atendimento Qualificado (TAQ);
 - 2 - Serviço Telefônico de Tele Atendimento 0800;
 - 3 - Rede Social Corporativa dos Arquitetos e Urbanistas;
 - 4 - Atendente Virtual.

7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

INTRODUÇÃO SEÇÃO

Os relacionamentos com a sociedade, são através dos canais de acesso ao cidadão.

7.1 CANAIS DE ACESSO

Site: <http://www.cauac.org.br>

E-mail: atendimento@cauac.org.br

Facebook: <https://www.facebook.com/conselhodearquiteturaeurbanismodoac/?fref=ts>

Instagram: @cau_acre

Telefone: (68) 3222-8941

Horário de funcionamento: 08:00hs as 14:00hs

7.2 PESQUISA SATISFAÇÃO

O CAU/AC disponibilizou a pesquisa de satisfação no site do CAU/AC e encaminhado por meio de e-mail comunicando aos profissionais sobre a pesquisa de satisfação, porém, devido o baixo retorno não foi possível mensurar o nível de satisfação no exercício de 2017. Salienta-se que, em 2018, será estudado novos métodos para a efetiva pesquisa de satisfação.

7.3 TRANSPARÊNCIA

Introdução

O Portal da transparência foi implantado no primeiro trimestre de 2017. As informações estão disponíveis no site do conselho.

Endereço do portal da transparência

<http://www.cauac.org.br/>

Informações disponíveis ao Cidadão

Planejamento e Gestão Prestação de Contas

Prestação de contas

Passagens e Diárias

Recursos Humanos

Eleições

Portarias

Análise crítica

Como o portal foi implantado em 2017, ainda se encontra em fase de adaptação.

7.4 ACESSIBILIDADE

Em conformidade com a Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis, adotará as medidas cabíveis com a mudança de sede no início de 2018.

8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

INTRODUÇÃO SEÇÃO

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos Princípios Contábeis.

8.1 DESEMPENHO FINANCEIRO

O resultado patrimonial foi de R\$ 138.643,84 (cento e trinta e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos) de superávit apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema patrimonial, em atendimento a Resolução nº 101/2015. O resultado financeiro representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apresentou um superávit financeiro no valor de R\$ 408.455,61 (quatrocentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos). O resultado orçamentário corresponde à diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício e apresentou um superávit orçamentário de R\$ 78.010,00 (setenta e oito mil e dez reais). Apesar do aumento na inadimplência o Desempenho Orçamentário, o CAU/AC apresentou resultado satisfatório em todos os aspectos financeiros, resultando em um Patrimônio Líquido de R\$ 623.566,70 (seiscentos e vinte e três mil, quinhentos e sessenta e seis reais e setenta centavos).

8.2 NCASP

Conselho adotou as normas NCASP no exercício? **Sim**

Justificativa

Todas as Demonstrações Contábeis foram baseadas na NBC - T 16 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica de um ativo

A capacidade de geração de benefícios futuros; O desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não; A obsolescência tecnológica

Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

A metodologia do cálculo da depreciação foi definida com base em parâmetros e índices admitidos em norma vigentes de acordo com o tempo de vida útil do bem, a taxa de depreciação e o valor residual.

Taxas utilizadas para os cálculos

Mobiliário em Geral - 10% - Máquinas e Aparelhos - 10% - Equipamentos de Informática - 20% - Instalações - 10%

Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

As disponibilidades foram mensuradas pelo valor original. Os créditos e dívidas pelo valor original. Não há estoque, intangível ou diferidos para mensuração. Os investimentos pelo valor original feita a devida depreciação conforme norma.

Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado no exercício

O impacto da aplicação dos critérios estabelecidos nas NBC T 16.9 e 16.10 pode ser visualizado através da análise dos demonstrativos contábeis dos últimos 03 (três) exercícios, especialmente do Balanço Patrimonial. Nota-se que o resultado do período (confronto entre situação patrimonial ativa e situação patrimonial passiva) apresenta-se superavitário para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, conforme pode-se visualizar na tabela abaixo:

EXERCÍCIO	2015	2016	2017
RESULTADO DO PERÍODO	R\$ 343.733,84	R\$ 526.150,50	R\$ 623.566,70
Situação Patrimonial Ativa	R\$ 426.089,96	R\$ 582.164,75	R\$ 717.579,92
Situação Patrimonial Passiva	R\$ 82.356,12	R\$ 56.014,25	R\$ 94.013,22

Observa-se que, em todos os exercício, as variações patrimoniais ativas superavam as passivas, gerando resultados superavitários. Os registros mais significativos que causam reflexos nas variações patrimoniais decorrem dos valores registrados nas contas de Caixas e Equivalente originária em sua maior parte no Exercício de 2012, cujo o Conselho foi criado e não executamos todo o orçamento. Mesmo com a implementação dos registros relativos à depreciação (variações passivas), a partir do exercício de 2013, os impactos no resultado não se mostraram tão expressivos pois os valores registrados no Imobilizado não são tão expressivo dentro do Balanço Patrimonial. De forma geral, a análise das contas do Ativo Imobilizado (bens móveis) resultou em redução no seu valor, porém não impactou diretamente no resultado do período, por se tratar de valores sem muita expressividade para os Resultados dos períodos.

Informações adicionais

8.3 APURAÇÃO CUSTOS

Para a apuração dos custos o CAU/AC atua com o acompanhamento de sua Execução Orçamentária e Financeira por meio de relatórios gerenciais de receitas e despesas, realizados trimestralmente e analisados pela Comissão de Finanças do CAU/AC. Após sua aprovação são encaminhados ao CAU/BR para apreciação de sua comissão de finanças,

conforme estipulado na Resolução CAU/BR nº 101, de 27 de março de 2015.

8.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nome	Descrição
Balanço Financeiro.pdf	Balanço Financeiro
Balanço Orçamentário.pdf	Balanço Orçamentário
Balanço Patrimonial.pdf	Balanço Patrimonial
Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf	Demonstrativo do Fluxo de Caixa
Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf	Demonstrativo das Variações Patrimoniais

ANEXO - Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das Variações Patrimoniais - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Anexo do t3pico 8.4

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.108.338,89	1.002.350,99	Despesa Orçamentária	1.030.328,89	877.008,44
RECEITA REALIZADA	1.108.338,89	1.002.350,99	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADADO	22.025,00	2.602,11
RECEITA CORRENTE	1.108.338,89	1.002.350,99	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.008.303,89	874.406,33
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	124.597,27	95.746,66	DESPEZA CORRENTE	928.303,89	863.011,33
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	124.597,27	95.746,66	PESSOAL	495.049,54	485.929,29
ANUIDADES	124.597,27	95.746,66	MATERIAL DE CONSUMO	6.672,50	5.386,20
RECEITA DE SERVIÇOS	149.222,97	114.335,96	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	90.740,51	62.274,50
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.729,31	743,05	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	288.801,43	304.026,22
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	147.493,66	112.002,91	ENCARGOS DIVERSOS	20.574,91	5.395,12
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS		1.590,00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.465,00	
FINANCEIRAS	33.210,81	31.252,50	DESPEZA DE CAPITAL	80.000,00	11.395,00
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	7.069,88	3.801,62	INVESTIMENTOS	80.000,00	11.395,00
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES		104,94			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	26.140,93	27.345,94			
MULTAS SOBRE ANUIDADES		585,45			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	26.140,93	26.760,49			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	800.673,56	759.643,27			
Transferencias Intergovernamentais	800.673,56	759.643,27			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	634,28	1.372,60			
MULTAS DE INFRAÇÕES	634,28	1.372,60			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	191.458,33	134.480,30	Pagamentos Extraorçamentários	173.494,84	136.649,20
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	22.025,00	2.602,11	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	602,11	19.203,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	81.340,13	76.649,81	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	79.949,20	82.871,18
Outros Recebimentos Extraorçamentários	88.093,20	55.228,38	Outros Pagamentos Extraorçamentários	92.943,53	34.574,85
Saldo em espécie do Exercício Anterior	406.495,34	283.321,69	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	502.468,83	406.495,34
Caixa e Equivalente de Caixa	406.495,34	283.321,69	Caixa e Equivalente de Caixa	502.468,83	406.495,34
Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados			Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados		
Total:	1.706.292,56	1.420.152,98		1.706.292,56	1.420.152,98

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2017

EDFA VIVIANE FARIAS XAVIER DA ROCHA
PRESIDENTE
CAU/AC 77317-4
025.699.554-00

CARLOS ALBERTO COELHO BIANCO
COORDENADOR DE FINANÇAS
CAU/AC A257869
122.366.638-70

SUELI MARIA MALAQUIAS DA SILVA PAULA
CONTADORA
CRC/AC 1717-O
419.199.122-15

Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Anexo do tópico 8.4

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.089.185,00	1.114.019,00	1.108.338,89	-5.680,11
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	129.019,00	135.964,00	124.597,27	-11.366,73
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	129.019,00	135.964,00	124.597,27	-11.366,73
ANUIDADES	129.019,00	135.964,00	124.597,27	-11.366,73
RECEITA DE SERVIÇOS	93.338,00	108.550,00	149.222,97	40.672,97
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2.000,00	2.000,00	1.729,31	-270,69
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	91.338,00	106.550,00	147.493,66	40.943,66
FINANCEIRAS	35.611,00	38.288,00	33.845,09	-4.442,91
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	6.611,00	9.288,00	7.069,88	-2.218,12
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	29.000,00	29.000,00	26.775,21	-2.224,79
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	3.000,00	3.000,00	634,28	-2.365,72
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	26.000,00	26.000,00	26.140,93	140,93
TRANSFERENCIAS CORRENTES	831.217,00	831.217,00	800.673,56	-30.543,44
Transferencias Intergovernamentais	831.217,00	831.217,00	800.673,56	-30.543,44
RECEITA DE CAPITAL	82.300,00	102.300,00	0,00	-102.300,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	82.300,00	102.300,00	0,00	-102.300,00
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	82.300,00	102.300,00	0,00	-102.300,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	1.171.485,00	1.216.319,00	1.108.338,89	-107.980,11

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			1.171.485,00	1.216.319,00	1.108.338,89	-107.980,11
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	1.068.185,00	1.114.019,00	929.808,89	929.808,89	928.303,89	184.210,11
PESSOAL	534.000,00	505.254,30	495.049,54	495.049,54	495.049,54	10.204,76
PESSOAL E ENCARGOS	514.000,00	469.734,30	467.703,94	467.703,94	467.703,94	2.030,36
DIÁRIAS	20.000,00	35.520,00	27.345,60	27.345,60	27.345,60	8.174,40
MATERIAL DE CONSUMO	13.600,00	13.528,50	6.672,50	6.672,50	6.672,50	6.856,00
MATERIAL DE CONSUMO	13.600,00	13.528,50	6.672,50	6.672,50	6.672,50	6.856,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	91.600,00	104.168,00	90.740,51	90.740,51	90.740,51	13.427,49
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	36.600,00	21.840,00	10.388,51	10.388,51	10.388,51	11.451,49
DIÁRIAS	55.000,00	82.328,00	80.352,00	80.352,00	80.352,00	1.976,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	394.840,00	444.006,89	290.306,43	290.306,43	288.801,43	153.700,46
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	89.520,00	91.120,00	85.800,00	85.800,00	85.800,00	5.320,00
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	46.000,00	48.000,00	2.381,55	2.381,55	2.381,55	45.618,45
SERVIÇOS PRESTADOS	208.020,00	207.140,48	123.781,12	123.781,12	122.276,12	83.359,36
PASSAGENS	51.300,00	97.746,41	78.343,76	78.343,76	78.343,76	19.402,65
ENCARGOS DIVERSOS	7.680,00	20.596,31	20.574,91	20.574,91	20.574,91	21,40
ENCARGOS DIVERSOS	7.680,00	20.596,31	20.574,91	20.574,91	20.574,91	21,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.465,00	26.465,00	26.465,00	26.465,00	26.465,00	0,00
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	7.809,00	7.809,00	7.809,00	7.809,00	7.809,00	0,00
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADO	18.656,00	18.656,00	18.656,00	18.656,00	18.656,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	82.300,00	102.300,00	100.520,00	100.520,00	80.000,00	1.780,00
INVESTIMENTOS	82.300,00	102.300,00	100.520,00	100.520,00	80.000,00	1.780,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	82.300,00	102.300,00	100.520,00	100.520,00	80.000,00	1.780,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.171.485,00	1.216.319,00	1.030.328,89	1.030.328,89	1.008.303,89	185.990,11
SUPERÁVIT	0,00	0,00	78.010,00	0,00	0,00	-78.010,00
TOTAL	1.171.485,00	1.216.319,00	1.108.338,89	1.030.328,89	1.008.303,89	107.980,11

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2017

EDFA VIVIANE FARIAS XAVIER DA ROCHA
PRESIDENTE
CAU/AC 77317-4
025.699.554-00

CARLOS ALBERTO COELHO BIANCO
COORDENADOR DE FINANÇAS
CAU/AC A257869
122.366.638-70

SUELI MARIA MALAQUIAS DA SILVA PAULA
CONTADORA
CRC/AC 1717-O
419.199.122-15

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESA CORRENTE	0,00	2.602,11	602,11	2.000,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	2.602,11	602,11	2.000,00	0,00
TOTAL:	0,00	2.602,11	602,11	2.000,00	0,00

Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Anexo do tópico 8.4

Balço Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	559.252,89	PASSIVO CIRCULANTE	94.013,22
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	502.468,83	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	16.884,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	39.900,06	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	22.025,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	70.012,89
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	158.327,03	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.975,33
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.816,34	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.816,34	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	149.373,44	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
BENS MÓVEIS	215.748,44	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADAS	66.375,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
INTANGÍVEL	7.137,25	RESULTADO DIFERIDO	0,00
SOFTWARES	10.450,00		0,00
(-) AMORTIZACÃO ACUMULADA	3.312,75		0,00
		TOTAL DO PASSIVO	94.013,22

		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Demais Reservas	0,00
		Resultados Acumulados	623.566,70
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	623.566,70
TOTAL	717.579,92	TOTAL	717.579,92
ATIVO FINANCEIRO	502.468,83	PASSIVO FINANCEIRO	94.013,22
ATIVO PERMANENTE	215.111,09	PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL			623.566,70

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Saldo do Atos Potenciais Ativos		Saldo do Atos Potenciais Passivos	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	408.455,61	350.484,09

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2017

EDFA VIVIANE FARIAS XAVIER DA ROCHA
PRESIDENTE
CAU/AC 77317-4
025.699.554-00

CARLOS ALBERTO COELHO BIANCO
COORDENADOR DE FINANÇAS
CAU/AC A257869
122.366.638-70

SUELI MARIA MALAQUIAS DA SILVA PAULA
CONTADORA
CRC/AC 1717-O
419.199.122-15

Notas Explicativas**2017 - NOTA EXPLICATIVA 2017****Notas Explicativas as Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017.****1. Contexto Operacional**

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre – CAU AC, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 033/2012.

O Conselho tem sede e foro em Rio Branco – AC e possui Regimento Interno aprovado pela Plenária em 19 de novembro de 2013.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Comissão de Finanças em 21 de fevereiro de 2018.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração. Foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e sua nova harmonização internacional; aos Princípios Contábeis geralmente aceitos.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da

Entidade.

3. Principais Diretrizes Contábeis

A contabilidade do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre é elaborada com base na Resolução n.º 101/2015, alinhado as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. As demonstrações contábeis são ainda elaboradas em conformidade ao que regulamenta a Parte V – Demonstrações Contábeis do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

3.1 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo Conselho, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição Federal: Os recursos não utilizados

na operacionalização das atividades foram depositados em contas separadas das demais disponibilidades, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que dispõe o §1º do art. 43 da Lei Complementar n.º 101/2000 e as receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

“§ 3º - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.”

Caixa e equivalentes de caixa incluem: saldos em conta movimento e aplicações vinculada, registrado no resultado do período:

	2016	2017
--	------	------



TÍTULOS		
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 406.495,34	R\$ 502.468,83
Caixa	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Bancos Cta movimento	R\$ 19.962,24	R\$ 36.434,63
Disponível p/ Aplic.Vinculada	R\$ 386.533,10	R\$ 466.034,20

b) Créditos a Receber

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU BR, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizado de cada caso.

Perda Estimada de Créditos

O Conselho realizou uma análise nos recebimentos relativos as anuidades dos exercícios anteriores recebidas nos próximos períodos, constatando um percentual de recebimento médio de 16,10%. Sendo assim temos uma anadimplência das anuidades de exercícios anteriores de 83,90%, sendo esse o percentual adotado para previsão de devedores duvidosos referente as anuidades não quitadas dos exercícios anteriores.

c) Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Compreende os valores a receber por demais conforme abaixo:

CONTAS	2016	2017
Demais Créditos	R\$ 35.049,73	R\$ 39.900,06
Tributos a recuperar/compensar	R\$ 1.043,46	R\$ 1.169,46
Fundo de Apoio	R\$ 34.006,27	R\$ 38.724,68
MC Mendonça	R\$ 0,00	R\$ 0,00

d) Estoque

Os estoques quando existente são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os

valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques quando existente serão representados preponderantemente pelo almoxarifado de materiais. Porém devido a baixa quantidade de produtos adquiridos, o Conselho não contabiliza estoques.

e) Bens Patrimoniais

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição.

TIPO DO BEM	2016	2017
Imobilizado	R\$ 115.228,44	R\$ 215.748,44
Móveis e Utensílios	R\$ 27.243,44	R\$ 27.243,44
Máquinas e Equipamentos	R\$ 13.524,00	R\$ 15.784,00 15.784,00 13.524,00
Instalações	R\$ 1.670,00	R\$ 1.670,00
Utensílios de Copa e Cozinha	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00
Veículos	R\$ 0,00	R\$ 80.000,00
Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 70.591,00	R\$ 88.851,00

f) Depreciação

O CAU/AC realizou suas primeiras aquisições de itens de patrimônio no ano de 2012 com a estruturação da sua primeira sede. Todos os bens adquiridos neste conselho foram produtos novos, evidenciando que o valor adotado para registro e controle é o valor de aquisição, sem necessidade de aplicação de estudo de reavaliação de bens.

Para configuração dos parâmetros de depreciação e amortização dos bens no sistema próprio informatizado, SISPAT.NET, foram definidos os prazos de vida útil por tipo de bem cadastrado com base nas instruções normativas específicas da Receita Federal, IN SRF N° 4, de 30 de JANEIRO de 1985 e IN SRF N° 1700/2017, e na realidade aplicada ao CAU/AC conforme tabela:

TIPO DO BEM	VIDA UTIL
Móveis e Utensílios	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Utensílios de Copa e Cozinha	5 anos
Equipamentos de Processamento de Dados	5 anos

g) Passivo Circulante

TÍTULOS	2016	2017
Obrigações Curto Prazo a Pagar	R\$ 56.011,25	R\$ 94.013,22

Obrigações Fiscais	R\$ 584,40	R\$ 1.975,33
Fornecedores	R\$ 2.602,11	R\$ 22.025,00
Obrigações trabalhistas - Curto Prazo	R\$ 52.824,74	R\$ 70.012,89

Obrigações trabalhistas representado por valores a pagar decorrentes de provisões trabalhistas, fornecedores pelas contratações e aquisição de materiais e/ou serviços, originários de empenhos processados e não pagos até 31/12/2017; de obrigações fiscais de curto prazo e impostos e contribuições retidos de colaboradores e terceiros. As apropriações estão de acordo com a legislação vigente.

h) Provisões de Curto Prazo

Registram-se os valores lançados a título de provisões para férias, 13º salário e encargos.

1) Provisão para Férias e Encargos

A provisão para férias é constituída mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais dos funcionários do CRCAC, acrescidas dos respectivos encargos, como demonstrado:

	2016	2017
Provisões trabalhistas	R\$ 52.827,74	R\$ 70.012,89
Provisão de férias	R\$ 40.948,77	R\$ 53.856,10

Encargos Sociais	R\$ 11.875,97	R\$ 16.156,79
------------------	---------------	---------------

i) Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente, e em 31/12/2016 estava constituído assim:

TÍTULOS	2016	2017
Patrimônio Líquido	R\$ 526.153,50	R\$ 623.566,70
Resultado do Exercício	R\$ 182.419,66	R\$ 138.643,84
Resultados Acumulados Exerc. Anteriores	R\$ 343.733,84	R\$ 484.922,86

j) Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial no valor de R\$ 138.643,84 foi apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial, em atendimento a

Resolução n.º 101/2015 CAU/BR:

TÍTULOS	2016	2017
Resultado Patrimonial	R\$ 182.419,66	R\$ 138.643,84
Variações Patrim. Aumentativas	R\$ 1.060.983,64	R\$ 1.155.937,55
(-) Variações Patrim. Diminutivas	R\$ (878.563,98)	R\$ (1.017.293,71)

k) Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320/64.

No exercício de 2016 foi apurado um resultado superavitário no valor de R\$ 350.481,09.

TÍTULO	2	2
	0	0

S	1 6	1 7
Superávit Financeiro	R \$ 35 0. 48 1, 09	R \$ 40 8. 45 5, 61
Ativo Financeiro	R \$ 40 6. 49 5, 34	R \$ 50 2. 46 8, 83
(-) Passivo Financeiro	R \$ 5 6. 01 1, 25	R \$ 9 4. 01 3, 22

D) Resultado Orçamentário

O orçamento do CAU/AC para o exercício de 2017 foi aprovado de acordo com a legislação vigente. Nele, estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas.

O resultado orçamentário corresponde à diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício. Em 2017 o resultado orçamentário com superávit em R\$ 125.342,55 extraído com base no subsistema orçamentário.

TÍTULOS	2 0 1 6	2 0 1 7
Superávit Orçamentário	R\$ 125.34 2,55	R\$ 178.53 0,00
Receitas (corrente+capital)	R\$ 1.002.3 50,99	R\$ 1.108.3 38,89
Despesas (corrente+capital)	R\$ 877.00 8,44	R\$ 929.80 8,89

4. Bens Patrimoniais

Em termos monetários, os bens patrimoniais apresentam a seguinte composição:

TÍTULOS	2016	2017

Resultado Patrimonial	R\$ 69.082,38	R\$ 149.373,44
Bens Móveis	R\$ 115.228,44	R\$ 215.748,44
(-) Depreciação Acumulada	R\$(46.146,06)	R\$ (66.375,00)

O valor de R\$ 215.748,44 refere-se à soma de móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, instalações, utensílios de copa e cozinha, veículos e equipamentos de processamento de dados.

Rio Branco – AC, 31 de dezembro de 2017..

**Demonstrativo das Variações
Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das
Variações Patrimoniais - Anexo do tópico
8.4**

Variações Patrimoniais

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.155.937,55	1.060.983,64	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.017.293,71	878.563,98
CONTRIBUIÇÕES	170.387,97	154.637,34	PESSOAL E ENCARGOS	484.892,09	451.689,45
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	170.387,97	154.637,34	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	484.892,09	451.689,45
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	170.387,97	154.637,34	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	484.892,09	451.689,45
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	147.786,23	114.077,93	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	459.181,64	426.874,53
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	147.786,23	114.077,93	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	6.672,50	5.386,20
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	147.786,23	114.077,93	CONSUMO DE MATERIAL	6.672,50	5.386,20
VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	35.089,79	32.165,37	SERVIÇOS	428.967,45	405.015,35
JUROS E ENCARGOS DE MORA	8.948,86	5.298,73	DIARIAS	107.697,60	75.711,90
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	8.948,86	5.298,73	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	88.732,27	70.217,18
OUTRAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	26.140,93	26.866,64	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	232.537,58	259.086,27
MULTAS SOBRE ANUIDADES	26.140,93	26.866,64	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	23.541,69	16.472,98
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	800.673,56	759.643,27	DEPRECIACAO	23.541,69	16.472,98
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	800.673,56	759.643,27	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	26.465,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	800.673,56	759.643,27	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	26.465,00	0,00
OUTRAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.000,00	459,73	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	26.465,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	2.000,00	0,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	46.754,98	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	2.000,00	0,00	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	46.754,98	0,00
DIVERSAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	459,73	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITOS	46.754,98	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS	0,00	459,73			
Total das Variações Ativas :	1.155.937,55	1.060.983,64	Total das Variações Passivas :	1.017.293,71	878.563,98
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	138.643,84	182.419,66

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Total	1.155.937,55	1.060.983,64	Total	1.155.937,55	1.060.983,64

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2017

EDFA VIVIANE FARIAS XAVIER DA ROCHA
PRESIDENTE
CAU/AC 77317-4
025.699.554-00

CARLOS ALBERTO COELHO BIANCO
COORDENADOR DE FINANÇAS
CAU/AC A257869
122.366.638-70

SUELI MARIA MALAQUIAS DA SILVA PAULA
CONTADORA
CRC/AC 1717-O
419.199.122-15

**Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	80.000,00	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00

**Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf -
Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Anexo
do t3pico 8.4**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.108.338,89	1.002.350,99
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	124.597,27	95.746,66
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	124.597,27	95.746,66
ANUIDADES	124.597,27	95.746,66
RECEITA DE SERVIÇOS	149.222,97	114.335,96
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.729,31	743,05
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	147.493,66	112.002,91
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	1.590,00
FINANCEIRAS	33.210,81	31.252,50
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	7.069,88	3.801,62
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	104,94
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	26.140,93	27.345,94
MULTAS SOBRE ANUIDADES	0,00	585,45
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	26.140,93	26.760,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	800.673,56	759.643,27
Transferências Intergovernamentais	800.673,56	759.643,27
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	634,28	1.372,60
MULTAS DE INFRAÇÕES	634,28	1.372,60
OUTROS INGRESSOS	169.433,33	131.878,19
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.008.303,89	874.406,33
DESPESA CORRENTE	928.303,89	863.011,33
PESSOAL	495.049,54	485.929,29
MATERIAL DE CONSUMO	6.672,50	5.386,20
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	90.740,51	62.274,50
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	288.801,43	304.026,22
ENCARGOS DIVERSOS	20.574,91	5.395,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.465,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS	173.494,84	136.649,20
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	175.973,49	134.568,65
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	80.000,00	11.395,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-80.000,00	-11.395,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		

GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	95.973,49	123.173,65
--	-----------	------------

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	406.495,34	283.321,69
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	502.468,83	406.495,34

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2017

EDFA VIVIANE FARIAS XAVIER DA ROCHA

PRESIDENTE

CAU/AC 77317-4

025.699.554-00

CARLOS ALBERTO COELHO BIANCO

COORDENADOR DE FINANÇAS

CAU/AC A257869

122.366.638-70

SUELI MARIA MALAQUIAS DA SILVA

PAULA

CONTADORA

CRC/AC 1717-O

419.199.122-15

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 DETERMINAÇÕES DO TCU

Não houve recomendações exaradas em acórdãos do TCU direcionadas ao Conselho

9.2 RECOMENDAÇÕES DE CONTROLE INTERNO

Este Conselho segue as ordens administrativa recebidas do CAU/BR, tendo todas as prestações de contas aprovadas.

9.3 DANOS AO ERÁRIO

Até o momento não houve nenhum processo administrativo ou judicial por danos ao erário.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não há outras informações a serem inseridas.

11 - ANEXOS E APÊNDICES

INTRODUÇÃO SEÇÃO

Não há outras informações a serem inseridas.

11.1 ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO - ANEXOS - ANEXOS - Vide anexo do tópico 11.1 no final da seção

ANEXOS - ANEXOS - Anexo do t3pico

11.1

NÃO POSSUIMOS NENHUM ANEXO

Assinatura(s)

12 - OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

12.1 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

ANEXO - Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna - Vide anexo do tópico 12.1 no final da seção

ANEXO - Parecer de Colegiado - Vide anexo do tópico 12.1 no final da seção

ANEXO - Rol de Responsáveis - Vide anexo do tópico 12.1 no final da seção

ANEXO - Relatório de Instância ou Área de Correição - Vide anexo do tópico 12.1 no final da seção

ANEXO - Relatório de auditor independente - Vide anexo do tópico 12.1 no final da seção

Parecer de Colegiado - Anexo do t3pico

12.1



PROCESSO	02/2018
INTERESSADO	PLANEJAMENTO, FINANÇAS, ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ASSUNTO	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2017

**DELIBERAÇÃO DE COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ORGANIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO Nº 02-01/2018**

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ACRE - CAU/AC no uso das competências que lhe confere o inciso I do art. 34 da Lei 12.378/2010 e reunido extraordinariamente em Rio Branco-AC, na sede do Conselho, localizada na Rua Custódio Freire nº 40, no dia 06 de março de 2018, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando que Prestação de Contas do exercício de 2017, está de acordo com o relatório contábil do CAU/BR 17/2018.

DELIBEROU:

- 1 – Aprova A prestação de Contas relativo ao exercício de 2017.

Com 03 votos favoráveis do Conselheiro Luís Guilherme Bacchi, Emerson Simplicio e Thalyta dos Santos, 00 abstenção e 00 ausência.

Rio Branco -AC, 06 de março de 2018.


Luís Guilherme Bacchi
Coordenador da CPFOA

**REUNIÃO DE COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO.****FOLHA DE VOTAÇÃO**

CONSELHEIRO	VOTAÇÃO			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIA
LUÍS GUILHERME GUIMARÃES OLIVEIRA BACCHI	X			
EMERSON DEÂNGELIS SIMPLÍCIO DOS SANTOS	X			
THALYTA FRANÇA DOS SANTOS	X			

Histórico da votação:**Reunião:** Comissão de Planejamento, Finanças, Organização e Administração.**Data:** 06/03/2018**Matéria em votação:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017**Resultado da votação:** Sim (03) Não (00) Abstenções (00) Ausências (00) Total (03)**Ocorrências:** _____**Secretário da Sessão:****Presidente da Sessão:**



PROCESSO	02/2018
INTERESSADO	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ACRE
ASSUNTO	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2017

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 002-01/2018

O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ACRE -CAU/AC no uso das competências que lhe confere o do art. 38 da Lei 12.378/2010 e o artigo 21, incisos h, i e j do Regimento Interno Provisório do CAU/AC, reunido ordinariamente em Rio Branco-AC, na sede do Conselho, no dia 06 de março de 2018, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando que Prestação de Contas do exercício de 2017, está de acordo com o relatório contábil do CAU/BR 17/2018;

Considerando aprovação pela Comissão de Planejamento e Finanças, Organização e Administração do CAU/AC.

DELIBEROU:

1 – Aprova A prestação de Contas relativo ao exercício de 2017.

Com 04 votos favoráveis dos(as) Conselheiros(as) Guilherme Bacchi, Thalyta dos Santos, Caroline Parrilha e Emerson Simplício, 00 abstenção e 00 ausência.

Rio Branco - AC, 06 de março de 2018.

Verônica V. de Castro
Verônica Vasconcelos de Castro

Presidente do CAU/AC

**12ª REUNIÃO DE PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/AC****FOLHA DE VOTAÇÃO**

CONSELHEIRO	VOTAÇÃO			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIA
LUÍS GUILHERME GUIMARÃES OLIVEIRA BACCHI	X			
CAROLINE PARRILHA PANONT	X			
THALYTA FRANÇA DOS SANTOS	X			
EMERSON DEÂNGELIS SIMPLÍCIO DOS SANTOS	X			

Histórico da votação:

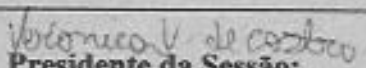

Sessão Plenária nº: 12ª Plenária Ordinária

Data: 06/03/2018

Matéria em votação: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2017

Resultado da votação: Sim (04) Não (00) Abstencões (00) Ausências (00) Total (04)

Ocorrências: _____

Secretário da Sessão: 
Presidente da Sessão:

445

Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna - Anexo do tópico 12.1

Ainda não recebemos o relatório de auditoria

Relatório de auditor independente - Anexo do tópico 12.1

CONSELHO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DO ACRE - CAU/AC

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ACRE - CAU/AC

Demonstrações contábeis
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre - CAU/AC
Rio Branco - AC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre - CAU/AC ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre - CAU/AC em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 3, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 10 de abril de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - AC


Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - AC

Balço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	559.252,89	500.816,03	PASSIVO CIRCULANTE	94.013,22	56.011,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	502.468,83	406.495,34	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	16.884,00	59.270,96	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	39.900,06	35.049,73	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	22.025,00	2.602,11
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	70.012,89	52.824,74
	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.975,33	584,40
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	158.327,03	81.348,72	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.816,34	1.816,34	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.816,34	1.816,34	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	149.373,44	69.082,38	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	215.748,44	115.228,44	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADAS	66.375,00	46.146,06	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	7.137,25	10.450,00		0,00	0,00
SOFTWARES	10.450,00	10.450,00		0,00	0,00
(-) AMORTIZACÃO ACUMULADA	3.312,75	0,00		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	94.013,22	56.011,25

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	623.566,70	526.153,50
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	623.566,70	526.153,50
TOTAL	717.579,92	582.164,75	TOTAL	717.579,92	582.164,75
ATIVO FINANCEIRO	502.468,83	406.495,34	PASSIVO FINANCEIRO	94.013,22	56.011,25
ATIVO PERMANENTE	215.111,09	175.669,41	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				623.566,70	526.153,50

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	408.455,61	350.484,09

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.108.338,89	1.002.350,99	Despesa Orçamentária	1.030.328,89	877.008,44
RECEITA REALIZADA	1.108.338,89	1.002.350,99	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADADO	22.025,00	2.602,11
RECEITA CORRENTE	1.108.338,89	1.002.350,99	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.008.303,89	874.406,33
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	124.597,27	95.746,66	DESPEZA CORRENTE	928.303,89	863.011,33
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	124.597,27	95.746,66	PESSOAL	495.049,54	485.929,29
ANUIDADES	124.597,27	95.746,66	MATERIAL DE CONSUMO	6.672,50	5.386,20
RECEITA DE SERVIÇOS	149.222,97	114.335,96	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	90.740,51	62.274,50
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.729,31	743,05	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	288.801,43	304.026,22
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	147.493,66	112.002,91	ENCARGOS DIVERSOS	20.574,91	5.395,12
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS		1.590,00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.465,00	
FINANCEIRAS	33.210,81	31.252,50	DESPEZA DE CAPITAL	80.000,00	11.395,00
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	7.069,88	3.801,62	INVESTIMENTOS	80.000,00	11.395,00
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES		104,94			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	26.140,93	27.345,94			
MULTAS SOBRE ANUIDADES		585,45			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	26.140,93	26.760,49			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	800.673,56	759.643,27			
Transferencias Intergovernamentais	800.673,56	759.643,27			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	634,28	1.372,60			
MULTAS DE INFRAÇÕES	634,28	1.372,60			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	191.458,33	134.480,30	Pagamentos Extraorçamentários	173.494,84	136.649,20
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	22.025,00	2.602,11	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	602,11	19.203,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	81.340,13	76.649,81	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	79.949,20	82.871,18
Outros Recebimentos Extraorçamentários	88.093,20	55.228,38	Outros Pagamentos Extraorçamentários	92.943,53	34.574,85
Saldo em espécie do Exercício Anterior	406.495,34	283.321,69	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	502.468,83	406.495,34
Caixa e Equivalente de Caixa	406.495,34	283.321,69	Caixa e Equivalente de Caixa	502.468,83	406.495,34
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
Total:	1.706.292,56	1.420.152,98		1.706.292,56	1.420.152,98

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.089.185,00	1.114.019,00	1.108.338,89	-5.680,11
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	129.019,00	135.964,00	124.597,27	-11.366,73
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	129.019,00	135.964,00	124.597,27	-11.366,73
ANUIDADES	129.019,00	135.964,00	124.597,27	-11.366,73
Pessoa Física - do Exercício	108.168,00	109.848,00	101.162,49	-8.685,51
Pessoa Física - do Exercício Anterior	0,00	6.722,00	7.213,14	491,14
Pessoa Jurídica - do Exercício	20.851,00	18.624,00	15.653,90	-2.970,10
Pessoa Jurídica - do Exercício Anterior	0,00	770,00	567,74	-202,26
RECEITA DE SERVIÇOS	93.338,00	108.550,00	149.222,97	40.672,97
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2.000,00	2.000,00	1.729,31	-270,69
Pessoa Física	2.000,00	2.000,00	1.729,31	-270,69
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	91.338,00	106.550,00	147.493,66	40.943,66
- RRT				
Pessoa Jurídica - RRT	91.338,00	106.550,00	147.493,66	40.943,66
FINANCEIRAS	35.611,00	38.288,00	33.845,09	-4.442,91
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	6.611,00	9.288,00	7.069,88	-2.218,12
Pessoas Físicas	6.611,00	9.288,00	7.069,88	-2.218,12
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	29.000,00	29.000,00	26.775,21	-2.224,79
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	3.000,00	3.000,00	634,28	-2.365,72
Documentos Fiscalização	3.000,00	3.000,00	634,28	-2.365,72

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		26.000,00	26.000,00	26.140,93	140,93	
CDB/RDB - Titulos de Renda Fixa		0,00	0,00	22.675,86	22.675,86	
Poupança		26.000,00	26.000,00	3.465,07	-22.534,93	
TRANSFERENCIAS CORRENTES		831.217,00	831.217,00	800.673,56	-30.543,44	
Transferencias Intergovernamentais		831.217,00	831.217,00	800.673,56	-30.543,44	
Repasse Fundo CAU/BR		831.217,00	831.217,00	800.673,56	-30.543,44	
RECEITA DE CAPITAL		82.300,00	102.300,00	0,00	-102.300,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		82.300,00	102.300,00	0,00	-102.300,00	
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE		82.300,00	102.300,00	0,00	-102.300,00	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Superávit do Orçamento Corrente)		82.300,00	102.300,00	0,00	-102.300,00	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS		1.171.485,00	1.216.319,00	1.108.338,89	-107.980,11	
DÉFICIT		0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		1.171.485,00	1.216.319,00	1.108.338,89	-107.980,11	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	1.068.185,00	1.114.019,00	929.808,89	929.808,89	928.303,89	184.210,11
PESSOAL	534.000,00	505.254,30	495.049,54	495.049,54	495.049,54	10.204,76
PESSOAL E ENCARGOS	514.000,00	469.734,30	467.703,94	467.703,94	467.703,94	2.030,36
REMUNERAÇÃO PESSOAL	406.208,00	356.708,46	354.679,33	354.679,33	354.679,33	2.029,13
Salários	333.414,00	300.765,41	300.763,08	300.763,08	300.763,08	2,33
Gratificação de Natal - 13º Salário	26.912,00	26.422,15	26.422,15	26.422,15	26.422,15	0,00
Férias	26.912,00	20.620,58	20.620,58	20.620,58	20.620,58	0,00
1/3 de Férias - CF/88	8.970,00	6.873,52	6.873,52	6.873,52	6.873,52	0,00
Indenizações Trabalhistas	10.000,00	2.026,80	0,00	0,00	0,00	2.026,80
ENCARGOS SOCIAIS	107.792,00	113.025,84	113.024,61	113.024,61	113.024,61	1,23

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
INSS Patronal	75.360,00	78.955,34	78.954,98	78.954,98	78.954,98	0,36
FGTS	28.732,00	30.284,50	30.284,11	30.284,11	30.284,11	0,39
PIS s/ Folha de Pagamento	3.700,00	3.786,00	3.785,52	3.785,52	3.785,52	0,48
DIÁRIAS	20.000,00	35.520,00	27.345,60	27.345,60	27.345,60	8.174,40
Funcionários	20.000,00	35.520,00	27.345,60	27.345,60	27.345,60	8.174,40
MATERIAL DE CONSUMO	13.600,00	13.528,50	6.672,50	6.672,50	6.672,50	6.856,00
MATERIAL DE CONSUMO	13.600,00	13.528,50	6.672,50	6.672,50	6.672,50	6.856,00
Material de Expediente	4.000,00	2.500,00	1.830,69	1.830,69	1.830,69	669,31
Material de Limpeza e Produtos de Higiene	0,00	148,50	0,00	0,00	0,00	148,50
Material de Informática	2.200,00	971,50	0,00	0,00	0,00	971,50
Material de Copa e Cozinha	0,00	2.308,50	1.228,50	1.228,50	1.228,50	1.080,00
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	700,00	900,00	864,00	864,00	864,00	36,00
Combustíveis e Lubrificantes	6.500,00	6.500,00	2.749,31	2.749,31	2.749,31	3.750,69
Outros Materiais de Consumo	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	91.600,00	104.168,00	90.740,51	90.740,51	90.740,51	13.427,49
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	36.600,00	21.840,00	10.388,51	10.388,51	10.388,51	11.451,49
Remuneração de Serviços Pessoais	15.000,00	8.520,00	0,00	0,00	0,00	8.520,00
Remuneração de Estagiários	12.000,00	10.920,00	7.988,51	7.988,51	7.988,51	2.931,49
INSS - Terceiros	9.600,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00
DIÁRIAS	55.000,00	82.328,00	80.352,00	80.352,00	80.352,00	1.976,00
Conselheiros/Convidados	55.000,00	82.328,00	80.352,00	80.352,00	80.352,00	1.976,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	394.840,00	444.006,89	290.306,43	290.306,43	288.801,43	153.700,46
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	89.520,00	91.120,00	85.800,00	85.800,00	85.800,00	5.320,00
Consultoria Contábil	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	0,00
Consultoria Jurídica	48.000,00	49.800,00	49.800,00	49.800,00	49.800,00	0,00
Consultoria em Auditoria e Perícia	5.520,00	5.320,00	0,00	0,00	0,00	5.320,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	46.000,00	48.000,00	2.381,55	2.381,55	2.381,55	45.618,45
Divulgação em Jornais e Revistas	8.000,00	8.000,00	2.381,55	2.381,55	2.381,55	5.618,45
Outros Serviços de Comunicação e Divulgação	38.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
SERVIÇOS PRESTADOS	208.020,00	207.140,48	123.781,12	123.781,12	122.276,12	83.359,36
Serviços de Medicina do Trabalho	1.300,00	2.000,00	1.210,00	1.210,00	1.210,00	790,00
Serviços de Seleção, Trein. e Orient. Profissional	10.280,00	7.688,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	6.488,00
Serviços de Intermediação de Estágios	0,00	1.080,00	900,00	900,00	900,00	180,00
Serviços de Apoio Administrativo e Operacional	21.000,00	28.611,00	27.990,69	27.990,69	27.990,69	620,31
Seguros de Bens Móveis	0,00	1.731,48	1.731,48	1.731,48	1.731,48	0,00
Seguros de Bens Imóveis	2.500,00	562,00	561,38	561,38	561,38	0,62
Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos	5.000,00	15.000,00	11.256,63	11.256,63	11.256,63	3.743,37
Locação de Bens Imóveis	41.700,00	41.884,00	41.038,59	41.038,59	40.513,59	845,41
Imóveis	15.000,00	5.800,00	2.860,00	2.860,00	2.860,00	2.940,00
Serviços de Reparos, Adapt. e Conserv de Bens Móveis e	8.800,00	8.800,00	7.491,75	7.491,75	7.491,75	1.308,25
Serviços de Energia Elétrica e Gás	720,00	720,00	501,85	501,85	501,85	218,15
Serviços de Correios e Telégrafos	4.160,00	3.060,00	2.083,58	2.083,58	2.083,58	976,42
Serviços Gráficos	28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00
Despesas com Telecomunicações	10.800,00	11.200,00	10.368,54	10.368,54	10.368,54	831,46
Serviços de Segurança Predial e Preventiva	6.960,00	6.960,00	6.960,00	6.960,00	6.960,00	0,00
Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	4.800,00	3.094,00	2.631,88	2.631,88	2.631,88	462,12
Outras Despesas	47.000,00	40.950,00	4.994,75	4.994,75	4.014,75	35.955,25
PASSAGENS	51.300,00	97.746,41	78.343,76	78.343,76	78.343,76	19.402,65
Conselheiros/Convidados	30.000,00	68.965,41	60.014,05	60.014,05	60.014,05	8.951,36
Funcionários	21.300,00	28.781,00	18.329,71	18.329,71	18.329,71	10.451,29
ENCARGOS DIVERSOS	7.680,00	20.596,31	20.574,91	20.574,91	20.574,91	21,40

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
ENCARGOS DIVERSOS	7.680,00	20.596,31	20.574,91	20.574,91	20.574,91	21,40
Impostos e Taxas	1.680,00	9.653,61	9.653,61	9.653,61	9.653,61	0,00
Taxas Bancárias	6.000,00	10.942,70	10.921,30	10.921,30	10.921,30	21,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.465,00	26.465,00	26.465,00	26.465,00	26.465,00	0,00
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	7.809,00	7.809,00	7.809,00	7.809,00	7.809,00	0,00
Fundo Nacional de Apoio aos CAU UF	7.809,00	7.809,00	7.809,00	7.809,00	7.809,00	0,00
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADO	18.656,00	18.656,00	18.656,00	18.656,00	18.656,00	0,00
Centro de Serviços Compartilhado	18.656,00	18.656,00	18.656,00	18.656,00	18.656,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	82.300,00	102.300,00	100.520,00	100.520,00	80.000,00	1.780,00
INVESTIMENTOS	82.300,00	102.300,00	100.520,00	100.520,00	80.000,00	1.780,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	82.300,00	102.300,00	100.520,00	100.520,00	80.000,00	1.780,00
Máquinas e Equipamentos	300,00	2.300,00	2.260,00	2.260,00	0,00	40,00
Veículos	60.000,00	81.700,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	1.700,00
Equipamentos de Processamento de Dados	22.000,00	18.300,00	18.260,00	18.260,00	0,00	40,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.171.485,00	1.216.319,00	1.030.328,89	1.030.328,89	1.008.303,89	185.990,11
SUPERÁVIT	0,00	0,00	78.010,00	0,00	0,00	-78.010,00
TOTAL	1.171.485,00	1.216.319,00	1.108.338,89	1.030.328,89	1.008.303,89	107.980,11

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.155.937,55	1.060.983,64	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.017.293,71	878.563,98
CONTRIBUIÇÕES	170.387,97	154.637,34	PESSOAL E ENCARGOS	484.892,09	451.689,45
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	170.387,97	154.637,34	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	484.892,09	451.689,45
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	170.387,97	154.637,34	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	484.892,09	451.689,45
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	147.786,23	114.077,93	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	459.181,64	426.874,53
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	147.786,23	114.077,93	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	6.672,50	5.386,20
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	147.786,23	114.077,93	CONSUMO DE MATERIAL	6.672,50	5.386,20
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	35.089,79	32.165,37	SERVIÇOS	428.967,45	405.015,35
JUROS E ENCARGOS DE MORA	8.948,86	5.298,73	DIARIAS	107.697,60	75.711,90
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	8.948,86	5.298,73	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	88.732,27	70.217,18
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	26.140,93	26.866,64	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	232.537,58	259.086,27
MULTAS SOBRE ANUIDADES	26.140,93	26.866,64	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	23.541,69	16.472,98
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	800.673,56	759.643,27	DEPRECIACAO	23.541,69	16.472,98
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	800.673,56	759.643,27	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	26.465,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	800.673,56	759.643,27	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	26.465,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.000,00	459,73	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	26.465,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	2.000,00	0,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	46.754,98	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	2.000,00	0,00	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	46.754,98	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	459,73	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITOS	46.754,98	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS	0,00	459,73			
Total das Variações Ativas :	1.155.937,55	1.060.983,64	Total das Variações Passivas :	1.017.293,71	878.563,98
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	138.643,84	182.419,66

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Total	1.155.937,55	1.060.983,64	Total	1.155.937,55	1.060.983,64

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.108.338,89	1.002.350,99
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	124.597,27	95.746,66
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	124.597,27	95.746,66
ANUIDADES	124.597,27	95.746,66
RECEITA DE SERVIÇOS	149.222,97	114.335,96
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.729,31	743,05
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	147.493,66	112.002,91
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	1.590,00
FINANCEIRAS	33.210,81	31.252,50
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	7.069,88	3.801,62
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	104,94
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	26.140,93	27.345,94
MULTAS SOBRE ANUIDADES	0,00	585,45
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	26.140,93	26.760,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	800.673,56	759.643,27
Transferências Intergovernamentais	800.673,56	759.643,27
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	634,28	1.372,60
MULTAS DE INFRAÇÕES	634,28	1.372,60
OUTROS INGRESSOS	169.433,33	131.878,19
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.008.303,89	874.406,33
DESPESA CORRENTE	928.303,89	863.011,33
PESSOAL	495.049,54	485.929,29
MATERIAL DE CONSUMO	6.672,50	5.386,20
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	90.740,51	62.274,50
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	288.801,43	304.026,22
ENCARGOS DIVERSOS	20.574,91	5.395,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.465,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS	173.494,84	136.649,20
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	175.973,49	134.568,65
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	80.000,00	11.395,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-80.000,00	-11.395,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	95.973,49	123.173,65
--	-----------	------------

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	406.495,34	283.321,69
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	502.468,83	406.495,34

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto Operacional

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre – CAU AC, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

O CAU/AC é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno aprovado pela Plenária em 19 de novembro de 2013.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 033/2012.

O Conselho tem sede e foro em Rio Branco – AC e possui Regimento Interno aprovado pela Plenária em 19 de novembro de 2013.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração. Foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e sua nova harmonização internacional; aos Princípios Contábeis geralmente aceitos.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisão para contingências, sempre que constituída; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 8), e a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (Nota 6) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 12). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa

- a) **Implantação de política contábil em 2017** – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AC procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) **Base de mensuração** – Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.

c) **Julgamento pela aplicação** – Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/AC, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

d) **Reflexo patrimonial comparativo**

	2017	2016
Créditos de Anuidades	104.869,62	59.270,96
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	87.985,62	-

Do montante de R\$87.985,62 do ajuste contábil implantado em 2017, somente o valor de R\$46.754,98, incidente sobre os créditos de anuidades de 2017, foi registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício do balanço, portanto não afetando o resultado patrimonial de 2017. O restante de R\$41.230,64 incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2016 foi registrado como “Ajustes de Exercício Anteriores” reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

3.3 Estoque

Os estoques quando existente são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques quando existente serão representados preponderantemente pelo almoxarifado de materiais. Porém devido a baixa quantidade de produtos adquiridos, o Conselho não contabiliza estoques.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/AC segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AC procederá o registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas sempre que necessário.

Base de mensuração – O CAU/AC adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

Reflexo patrimonial comparativo

O CAU/AC até o encerramento do exercício de 2017, não possui nenhuma ação civil ou trabalhista, portanto não houve nenhum registro que interfira no resultado patrimonial.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão registrados em anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	-	-
Banco conta movimento	36.434,63	19.962,24
Aplicações financeiras	466.034,20	386.533,10
	<u>502.468,83</u>	<u>406.495,34</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2017	2016
Créditos de anuidades do exercício	55.727,03	34.381,73
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	49.142,59	24.889,23
(-) Provisão para devedores duvidosos	(87.985,62)	-
	<u>16.884,00</u>	<u>59.270,96</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2017	2016
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	104.869,62	59.270,96
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(87.985,62)	-
	<u>16.884,00</u>	<u>59.270,96</u>

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

7. Demais Créditos e Valores a Receber

	2017	2016
Impostos a Recuperar		
IPTU a recuperar	337,78	211,78
Outros impostos a recuperar	831,68	831,68
	<u>1.169,46</u>	<u>1.043,46</u>
Fundo de Apoio	38.724,68	34.006,27
Banco do Brasil	5,92	-
	<u>38.730,60</u>	<u>34.006,27</u>
	<u>39.900,06</u>	<u>35.049,73</u>

8 Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2017	2016
Instalações	1.670,00	(446,73)	1.223,27	1.361,10
Veículos	80.000,00	(6.000,00)	74.000,00	-
Móveis e utensílios	27.243,44	(9.584,79)	17.658,65	19.768,89
Equipamentos de Processamento de Dados	88.851,00	(45.435,58)	43.415,42	35.810,13
Máquinas e Equipamentos	15.784,00	(4.511,90)	11.272,10	10.156,76
Utensílios de Copa e Cozinha	2.200,00	(396,00)	1.804,00	1.985,50
Total	<u>215.748,44</u>	<u>(66.375,00)</u>	<u>149.373,44</u>	<u>69.082,38</u>

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. Conforme nota nº 3.4.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2016	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2017
Instalações	1.670,00	-	-	(446,73)	1.223,27
Veículos	-	80.000,00	-	(6.000,00)	74.000,00
Móveis e utensílios	27.243,44	-	-	(9.584,79)	17.659,00
Equipamentos de Processamento de Dados	70.591,00	18.260,00	-	(45.435,58)	43.415,00
Máquinas e Equipamentos	13.524,00	2.260,00	-	(4.511,90)	11.272,00
Utensílios de Copa e Cozinha	2.200,00	-	-	(396,00)	1.804,00
Total	<u>115.228</u>	<u>100.520</u>	<u>-</u>	<u>(66.375,00)</u>	<u>149.373,27</u>

9 – Intangível

	Custo	Amortirzaçã o Acumulada	2017	2016
Software	10.450,00	(3.312,75)	7.137,25	10.450,00
Total	<u>10.450,00</u>	<u>(3.312,75)</u>	<u>7.137,00</u>	<u>10.450,00</u>

A seguir apresentamos a movimentação do ativo intangível:

Movimentação do ativo intangível

	31.12.2016	Adições	Baixas	Amortização	31.12.2017
Software	10.450,00	-	-	(3.312,75)	7.137
Total	<u>10.450,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.312,75)</u>	<u>7.137</u>

10. Fornecedores a pagar

	2017	2016
Prestação de serviço	-	2.602,11
Fornecedor de materiais	22.025,00	-
	<u>22.025,00</u>	<u>2.602,11</u>

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
A vencer	22.025,00	2602,00
Vencidos:	-	-
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
	<u>22.025</u>	<u>2.602</u>

11. Provisões a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo

	2017	2016
Salários e encargos sociais		
Provisão para férias e encargos sociais	70.012,89	52.824,74
ISS a recolher	557,76	358,55
INSS a recolher	638,41	216,67
IRRF/COFINS/CLSS/PIS a recolher	779,16	9,18
	<u>71.988,22</u>	<u>53.409,14</u>

12. Provisão para riscos processuais

O CAU/AC até o encerramento do exercício de 2017, não possui nenhuma ação civil ou trabalhista no qual seja réu, portanto não houve nenhuma provisão para riscos processuais.

13. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2017 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/AC, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

14. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2017	2016
Depreciação e amortização	23.541	16.473
Despesas com pessoal	484.892	451.689
Despesas com contratação de terceiros	300.695	323.908
Impostos, taxas e contribuições	20.575	5.395
Outras receitas e despesas	187.591	81.098
	<u>1.017.294</u>	<u>878.564</u>

15. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2017	2016
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.155.937,55	1.060.983,64
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.017.293,71)	(878.563,98)
(=) Superávit Patrimonial apurado	138.643,84	182.419,66
Resultado Orçamentário	2.017,00	2.016,00
Receita Orçamentária Arrecadada	1.108.338,89	1.002.350,99
(-) Despesas Empenhadas	(1.030.328,89)	(877.008,44)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	78.010,00	125.342,55
Resultado Financeiro	2.017,00	2.016,00
Saldo Disponível Apurado	502.468,83	406.495,34
(-) Passivo Financeiro	(94.013,22)	(56.011,25)
(=) Superávit Financeiro Apurado	408.455,61	350.484,09

16. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Predial	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	270.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 01 veículos	80.000
		350.000

17. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

18. Eventos Subsequente

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

Rio Branco/AC, 10 de abril de 2018.

Relatório de Instância ou Área de Correição - Anexo do tópico 12.1

Ainda não houve aprovação

Rol de Responsáveis - Anexo do tópico 12.1

PRESTAÇÃO DE CONTAS CAU/AC

Declaração da Unidade de Pessoal



2017

**PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2017
DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL (DOCUMENTO INTERNO DO CONSELHO)****DECLARAÇÃO**

Eu, abaixo assinado, na qualidade de conselheiro e/ou funcionário do CAU/AC – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Acre, estabelecido na Rua João Donato, 32, Centro, 69.900-345, Rio Branco /AC, inscrito no CNPJ 14.794.749/0001-62, DECLARO para os devidos fins, que quando solicitado pelos órgãos de fiscalização da prestação de contas do CAU/AC exercício de 2017, que apresentarei a declaração de bens e rendas do exercício de 2017 obedecendo a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Por ser verdade, firmo o presente para que surte seus efeitos legais.

Rio Branco, 10 de Janeiro de 2018.



EDFA VIVIANE F. XAVIER DA ROCHA CPF. 025.699.554-00 CONSELHEIRO TITULAR/PRESIDENTE	
LAIS MEDEIROS DE ARAÚJO CPF. 863.208.742-87 CONSELHEIRO TITULAR/VICE-PRESIDENTE	
EMERSON DEÂNGELIS SIMPLÍCIO DOS SANTOS CPF. 011.826.324-24 CONSELHEIRO TITULAR	
RICARDO CAMPELO ESTEVES CPF. 037.351.587-14 CONSELHEIRO TITULAR	
DANDARA CRISTTINNY BRITO LIMA CPF. 883.751.532-49 SUPLENTE DE CONSELHEIRO	
EMMANUELY HELUENY AGUIAR DE ANDRADE CPF. 526.926.202-91 SUPLENTE DE CONSELHEIRO	
CARLOS ALBERTO COELHO BIANCO CPF. 122.366.638-70 CONSELHEIRO TITULAR	
LETÍCIA MEDEIROS DE ARAÚJO CPF. 010.430.782-07 SUPLENTE DE CONSELHEIRO	
JORGE LUIZ DOS SANTOS SILVEIRA CPF. 804.647.852-00 SUPLENTE DE CONSELHEIRO	
DINÁ MARCIA N. RODRIGUES CPF. 752.749.302-04 GERENTE GERAL	
EWERTON NERI DE ARAUJO CPF. 886.085.492-04 GERENTE TÉCNICO E DE FISCALIZAÇÃO	
CARLOS ALBERTO DE CASTRO FILHO CPF. 762.005.072-87 ASSISTENTE TECNICO-ADMINISTRATIVO	
ANALU DA SILVA SANTIAGO CPF. 804.602.082-68 SECRETARIA GERAL	



TATIE DE MARCHI LEONETTI CPF. 009.461.909-33 ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO	
TAMIRES MENEZES DE MORAIS MELO CPF. 974.006.452-34 ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO	
SUELI MARIA M. DA SILVA PAULA CPF. 419.199.122-15 CONTADORA	
FELIPE ALENCAR DAMASCENO CPF. 796.430.942-00 ASSESSOR JURIDICO	